

# JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira  
Mensal | nº 291 | Dezembro 2017 | 0,50 Euros

*manter  
a luta  
na agenda*



---

**FENPROF cria Gabinete de Apoio à Progressão  
na Carreira dos Educadores e Professores (GARC)**

*Pág. 5*

# sumário



## 14.

**Precariedade e luta sindical:  
Organizar a participação, constituir  
comissões de contratados**



## 22.

**2.ª Conferência Nacional  
dos Professores Aposentados**

### 04. EM FOCO

Conselho Nacional da FENPROF: Prioridade à negociação, mantendo a luta na agenda

### 06. AÇÃO

Municipalização:  
Contem com luta!

### 08. REPORTAGEM

Uma tribuna pública com muitas vozes solidárias com os professores  
**JOSÉ PAULO OLIVEIRA**

### 11. EM FOCO

FENPROF entrega na A.R. e no M.E. abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas

### 15. SETORES

O PREVAP no ensino superior e na ciência

**TIAGO DIAS**

### 17. OPINIÃO

O discurso contra os Professores

**JOSÉ ANTÓNIO GOMES**

### 21. SETORES

A Arte e o Desporto como elementos importantíssimos de inclusão escolar e social

**ANA SIMÕES**

### 26. DESTAQUE

É preciso travar a desresponsabilização do Estado-Patrão

**ANTÓNIO NABARRETE**

### 31. AÇÃO

Plenário Nacional de Sindicatos no próximo dia 12 de janeiro

### 33. CURRÍCULO

Cidadania e Desenvolvimento?

### 34. PAZ

Um direito da humanidade

### 35. INTERNACIONAL

Solidariedade com o Povo palestino

### 36. INTERNACIONAL

Dinamarca: Lockout de 2013 continua a marcar debate

**MANUELA MENDONÇA**



### Luta e Compromisso

Defraudando os que consideram a luta coisa do passado, 15 de novembro foi um extraordinário dia nacional de luta dos professores. Nesse dia, tivemos mais uma greve histórica, reforçada por uma grande concentração frente à Assembleia da República, tornando-se esta luta decisiva para o rumo de uma negociação que, não estando terminada, decorre agora balizada por um compromisso que estabelece o rumo do próprio processo negocial. Porém, o tempo não é para distrações. Há que, por um lado, garantir que o compromisso é cumprido e, por outro, manter elevado o nível da mobilização, pois essa é a melhor de todas as garantias. ●



### Vozes que não chegam ao céu

Como sempre acontece quando, com a sua luta, os professores obtêm resultados, mais uma vez se ouviram as vozes de quantos não perdem uma oportunidade para denegrir os professores, lançando contra eles as mais infames atoardas. Pobres coitados que ainda não perceberam que as suas vozes não chegam ao céu e, mesmo na terra, são cada vez menos ouvidas. ●



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Avelãs (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jorge Simão (SPZS), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Jackeline Vieira (SPM), Abel Macedo (SPN) Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 51.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Foto da capa: Manifestação Lisboa, 4 de outubro de 2017



# editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

## Tempo de compromisso (d)e luta

O compromisso alcançado pelos professores em 18 de novembro resultou da sua luta em defesa de direitos que estavam a ser postos em causa e contra um processo de descongelamento das carreiras que apagava mais de nove anos de serviço, durante os quais já tinham sido muito penalizados com o bloqueamento das progressões.

Tal compromisso prevê diversos processos negociais, alguns já em curso, em torno de aspetos que são muito importantes para a vida profissional e também pessoal dos professores. De todos, o que já corre em pleno é o relativo à carreira. Mas também decorrem negociações sobre concursos e sobre a criação do grupo de recrutamento de Língua Gestual Portuguesa, aproximando-se o início de uma importante discussão em torno dos fatores que mais contribuem para o grande desgaste que se abate sobre os profissionais docentes, devendo, daí, resultar a negociação de medidas que contribuam para contrariar o envelhecimento da profissão e reformular os atuais horários de trabalho.

Sendo estas, áreas muito importantes para a melhoria das condições de trabalho dos docentes, a sua estabilidade e a sua valorização profissional e social, outras há que, tendo implicação em aspetos cruciais do sistema educativo, poderão contribuir (ou não) para a sua melhoria, tendo, igualmente, reflexo nas condições de exercício profissional. Aspetos como o modelo de descentralização, a gestão das escolas, o

regime de inclusão escolar, o currículo e, neste, o papel e qualidade das vias profissionalizantes, as normas de organização das escolas ou os recursos com que contam são áreas em que se preparam mudanças, devendo os professores manter-se atentos e interventivos para que estas se orientem no sentido necessário.

Quando se fala em Educação e em medidas estruturantes, lembramo-nos, inevitavelmente, da Lei de Bases do Sistema Educativo, espinha dorsal de todo o nosso sistema. Lembramo-nos nós e também se lembram os partidos políticos, principalmente os que gostariam que a lei apontasse em outros sentidos, como confirmam as tentativas frustradas de ministros como David Justino e Nuno Crato.

A Lei de Bases do Sistema Educativo não é imutável e o debate em torno dos seus diversos temas não é tabu. Todavia, dado o carácter estruturante que tem, eventuais alterações terão de ser muito bem discutidas e decorrer de amplos consensos políticos e também sociais. Isto é, exigem-se compromissos alargados, também com os professores que, ao contrário do que muitas vezes afirmam os ministros, não representam qualquer dificuldade à mudança e à inovação. O que não gostam, e bem, é que os reduzam ao papel de meros executores e de, nessa qualidade, lhes serem impostas condições que dificultam, isso sim, o seu exercício profissional. Se for essa a opção, então, o seu compromisso será com a luta. ●

“

**Exigem-se compromissos alargados, também com os professores que, ao contrário do que muitas vezes afirmam os ministros, não representam qualquer dificuldade à mudança e à inovação.**



## Conselho Nacional da FENPROF: Prioridade à negociação, mantendo a luta na agenda

Na sequência do seu Secretariado Nacional, esteve reunido no passado dia 25 de novembro, em Lisboa, o Conselho Nacional da Federação Nacional dos Professores.

**D**esta reunião do órgão máximo da Federação entre Congressos, resultou uma apreciação positiva do processo negocial que se desenvolveu em novembro e que culminou, não só com a assinatura da Declaração de Compromisso sobre a Carreira Docente, mas também com a marcação de diversos processos negociais com reuniões com a tutela entretanto realizadas e outras a realizar em janeiro (neste caso: regras para o reposicionamento dos docentes retidos no 1º escalão devido ao congelamento do tempo de serviço e início da discussão sobre os principais fatores de desgaste da profissão, desde logo, horários de trabalho e medidas que contrariem a tendência de

envelhecimento, tais como a aposentação).

Com vista à preparação adequada do processo negocial, a FENPROF constituiu dois grupos de trabalho, um destinado às negociações relativas à recomposição da carreira (reposicionamento, descongelamento e progressão) e outro sobre os aspetos referentes ao desgaste dos profissionais.

O Conselho Nacional da FENPROF reafirmou a atualidade das prioridades reivindicativas estabelecidas no início do ano letivo, com ênfase para aspetos como o descongelamento das carreiras, a aposentação, os horários de trabalho e os concursos, mas também a defesa de um regime de gestão democrática para as escolas e o combate a qualquer tentativa de municipalização da Educação.

### Ensino Superior, Ciência e Ensino Particular e Cooperativo

Nesta reunião do Conselho Nacional da FENPROF, foram ainda debatidos aspetos relativos ao Ensino Superior e à Ciência e também sobre o Ensino Particular e Cooperativo. Em relação ao Ensino Superior e à Ciência, o debate centrou-se no combate à precariedade (docentes, incluindo leitores, e investigadores, quer no plano específico, quer no âmbito do PREVPAP); quanto aos docentes do Ensino Particular e Cooperativo (regular, profissional e artístico especializado), a prioridade vai para a necessidade de aprovação de um novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT).

O Conselho Nacional destacou a importância da celebração de Acordos de Empresa, que deverá continuar, mas sem deixar cair o objetivo estratégico de celebração de um CCT que, reconhecendo a natureza da profissão docente, consagre normas de exercício profissional semelhantes às dos seus colegas das escolas públicas. ●

### TRIBUNA DE IMPRENSA

## A favor de um currículo escolar rico

A nova presidente do Conselho Nacional de Educação, Maria Emília Brederode Santos, defende um currículo escolar rico, em que as artes e a educação para a cidadania não sejam penalizadas por outras áreas.

“Defendo um currículo rico. Tenho a sensação de que o currículo escolar está um bocadinho espartilhado, centrado em certas disciplinas que ainda bem que estão a ser trabalhadas, mas que não pode ser

à custa de outras áreas como a educação para a cidadania ou a educação para as artes”, explicou em entrevista à agência Lusa (18/12/2017).

Maria Emília Brederode Santos considera que não existe qualquer contradição nesta aposta nas áreas transversais, até porque, defende, “não há melhor maneira de aprender português do que através do teatro e da expressão dramática, por exemplo”. ●

No fecho desta edição

## A.R. recomenda contagem integral do tempo de serviço

Só PSD e CDS não votaram a favor

Por iniciativa do grupo parlamentar do PEV, foi aprovada na Assembleia da República, no passado dia 15 de dezembro, uma resolução que recomenda ao governo a contagem integral do tempo de serviço dos professores para efeitos de progressão na carreira. Com efeito, o Parlamento recomenda ao Governo que, em diálogo com os sindicatos, garanta que, nas carreiras cuja progressão depende do tempo de serviço prestado, é contado todo esse tempo para efeitos de progressão na carreira, e da correspondente valorização remuneratória. Só as bancadas da direita não votaram a favor. ●



## Princípios apresentados pela FENPROF ao Governo em 15 de dezembro

**A recomposição da carreira docente compreende três componentes que, para a FENPROF, deverão obedecer aos seguintes princípios:**

- **Reposicionamento:** Os professores que ingressaram na carreira no período de congelamento deverão ser repositionados sem benefício nem prejuízo em relação aos que, com o mesmo tempo de serviço, ingressaram antes do congelamento. Como tal, não ultrapassarão nenhum colega com o mesmo tempo de serviço, nem ficarão atrás desses colegas para, no momento do descongelamento, dele usufruírem nas mesmas condições.

- **Descongelamento da progressão:** nos exatos termos em que terá lugar para toda a Administração Pública.

- **Recuperação do tempo de serviço:** O tempo de serviço a recuperar são 9 anos, 4 meses e 2 dias, tal como recomenda a Assembleia da República ao Governo, na sequência de projeto de resolução apresentado pelo PE Verdes e que mereceu votos favoráveis de PS, BE, PCP e PEV e, também, como já foi garantido pelo Governo Regional da Madeira ao SPM/FENPROF. Para a FENPROF, a recuperação deverá acontecer em 5 anos, devendo, em média, ser recuperado anualmente 20% do tempo perdido.

A FENPROF defende, ainda, que até final de 2019 todos os professores tenham uma progressão, decorra ela de reposicionamento, descongelamento ou recuperação. Algumas dúvidas têm assaltado alguns professores sobre eventuais ultrapassagens de uns por outros. Ora, essa possibilidade está completamente afastada e a própria Declaração de Compromisso é clara ao assumir que deste processo complexo de recomposição da carreira não resultará qualquer ultrapassagem.

A FENPROF apela aos professores que estejam muito atentos em todo este processo de recomposição da carreira e que procurem esclarecer-se sempre que surja alguma dúvida. Como sempre acontece nestes momentos, há quem aposte na divisão dos professores, colocando uns contra outros, como forma de fragilizar a sua capacidade reivindicativa. Não deixemos que isso aconteça e, em caso de dúvida, apela-se aos professores que se dirijam à FENPROF e aos seus Sindicatos. ●

## FENPROF cria Gabinete de Apoio à Progressão na Carreira dos Educadores e Professores (GARC)

Com o objetivo de manter os colegas informados e de prestar os esclarecimentos indispensáveis, a FENPROF irá criar um Gabinete de Apoio à Recomposição da Carreira, que, em todo o país, apoiará os professores e educadores sindicalizados no SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA e SPE. Este gabinete será agilizado por uma plataforma informática que estará disponível logo que a situação se encontre mais clarificada.

Recorda-se que para os diversos aspetos relacionados com a carreira docente há ainda negociações a decorrer ou por iniciar. São os casos de:

- **Progressão aos 5.º e 7.º escalões:** próxima reunião em 20 de dezembro, pelas 10 horas;

- **Reposicionamento dos professores retidos no 1.º escalão por terem ingressado na carreira no período de congelamento:** primeira ronda negocial em 10 de janeiro;

- **Continuação do processo negocial de recomposição da carreira:** próxima reunião em 24 de janeiro. ●



## Municipalização Contem com luta!

A FENPROF discorda globalmente da proposta de lei-quadro apresentada pelo governo, relativa à transferência de novas responsabilidades para as autarquias locais. A FENPROF opõe-se, igualmente, à pressa do governo no desenvolvimento deste processo, pois em matérias que constituem uma reconfiguração do Estado, a pressa é má conselheira.

No sábado 9 de dezembro, realizou-se na Arena de Portimão o Congresso da Associação Nacional de Municípios. Como não podia deixar de ser, a municipalização foi o prato forte dentro e fora do “conclave”. A FENPROF esteve presente no exterior, protestando contra o processo em curso, o qual põe em causa a autonomia do sistema educativo face aos interesses político-partidários e a manutenção do serviço público de educação e ensino, se não em todas, talvez na maioria dos municípios.

A esperada aliança entre PS e os partidos à sua direita neste processo, que o governo diz ser de descentralização, tem outro aliado que, como não podia deixar de ser é o Presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa vai mais longe e, sabendo que não pode contar com o apoio da esquerda maioritária nos últimos atos eleitorais, vai dizendo que melhor seria as direitas se en-

tenderem e não obstaculizarem uma solução que deverá estar a ser aplicada antes das próximas legislativas, em 2019.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, dirigida por Manuel Machado (PS), agora reeleito, levou, contudo, à “magna” dos municípios, a discussão de um projeto de resolução (que veio a ser aprovado) com o qual a ANMP, inequivocamente, declara que é sua intenção que se faça uma alteração legislativa que viabilize a subconcessão a privados dos serviços de saúde e educação.

Ou seja, no caso do ensino, as câmaras poderiam vir a celebrar contratos-programa ou contratos de associação com entidades privadas, as quais retornariam, agora de uma forma mais duradoura, os ovos de ouro que a galinha do governo poria no seu ninho todos os anos. PPD-PSD e CDS-PP não podiam estar mais de acordo.

Tudo isto, apesar da oposição das populações, de algumas assembleias municipais e dos professores que, de uma forma massiva, através de referendo, disseram não à municipalização, independentemente da forma como esta viesse a ser apresentada.

O Secretário Geral da FENPROF, que esteve iniciativa em Portimão, disse aos órgãos de comunicação social (e fê-lo, posteriormente, junto do primeiro-ministro) que para os professores seria muito claro que o que as escolas já fazem bem, até por estarem mais próximas das famílias, deverá continuar a pertencer às escolas ou aos agrupamentos de escolas. A concordância manifestada por Costa, na altura, não descansa a FENPROF e deve merecer uma atenção muito especial, pois “lá dentro” a coisa já não foi tratada da mesma maneira. | *Nota da Redação* •

**A FENPROF não desiste de lutar** e de alargar o esclarecimento geral para os problemas que advirão do processo de municipalização que o governo quer levar por diante. Como dizia na faixa exibida na Portimão Arena, à entrada para o Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), “Municipalização, nem recauchutada!”

No documento distribuído, refere-se que “há vários anos que as propostas da FENPROF apontam caminho diverso daquele que o governo quer seguir. A FENPROF defende que a nível municipal, devem ser criados Conselhos Locais de Educação com forte participação das autarquias e das escolas e que contem, nomeadamente, também com os pais, estudantes, interesses económicos, sociais e culturais”. •



**Descongelamento das progressões e recuperação de todo o tempo de serviço**

## **A justa estratégia da FENPROF assenta na força dos professores**

**A** FENPROF tem exigido, desde o início desta legislatura, a abertura de negociações com o ME sobre as matérias contidas nos cinco eixos prioritários da sua ação reivindicativa, de onde se destacam as questões fundamentais relativas às carreiras: descongelamento, recuperação do tempo de serviço, reposicionamento.

O ME assumiu sempre uma posição ambígua, protelando sem justificação a discussão dessas matérias, não clarificando minimamente em que termos se processaria o desbloqueamento das progressões, adiando a resolução do acesso ao 5º e 7º escalões, não admitindo a reposição imediata da justiça relativamente aos colegas vinculados desde 2011, recusando até a simples calendarização das negociações.

Após a reunião ocorrida em 12 de outubro, o quadro agravou-se, tendo-se tornado claro que o governo tinha decidido deixar a classe docente excluída de qualquer mecanismo de recuperação de tempo de serviço, ao contrário da maior parte das outras carreiras da Função Pública, numa clara violação do princípio da igualdade consagrado na Constituição.

Assistiu-se então a uma campanha levada a cabo na comunicação social, fazendo eco dos pretextos inconsistentes e falaciosos com que o governo tentava justificar a diferença de tratamento que queria impor aos docentes. A juntar à perda de 9 anos, 4 meses e 2 dias devidos aos congelamentos (a que crescem, em muitos casos, vários anos perdidos para muitos docentes em consequência dos regimes transitórios resultantes de revisões do ECD), havia ainda a intenção de repescar o regime caducado em 2015, acarretando assim uma nova perda de 2 anos para os colegas do 8º e 9º escalões.

Perante esta situação, numa atitude de legítima revolta, os docentes “responderam à chamada” da FENPROF! Deram uma forte resposta ao governo, quer na greve de 27 de outubro em convergência com a Frente Comum, quer na greve de 15 de novembro, que culminou com a concentração frente à Assembleia da República, mostrando assim

a quebra da relação de confiança que se tinha vindo a manter com a atual solução governativa, nomeadamente durante o processo de recuperação de rendimentos dos docentes, ao mesmo tempo que tornavam claro que estavam dispostos a endurecer a sua luta municiando a FENPROF de um poder negocial acrescido.

### **Força para levar as negociações a bom porto**

Foi a ação dos professores e educadores que fez o ME e o Governo compreenderem que não podiam furtar-se a negociações sérias, sob pena de virem a sofrer elevados custos políticos, numa reedição do que aconteceu no consulado de Maria de Lurdes Rodrigues, com as consequências que se conhecem.

Foi a força que demonstraram que levou o ME, após luz verde do próprio Governo, a marcar rapidamente verdadeiras maratonas negociais que se prolongaram pela madrugada fora, de que resultou a declaração de compromisso assinada por todos os sindicatos em mesa negocial única.

Sem essa demonstração de força não teria caído a repescagem dum regime transitório caducado que penalizaria em 2 ou mais anos os colegas dos 8º e 9º escalões, nem os docentes vinculados desde 2011 veriam o seu incremento remuneratório ser feito a 100% em janeiro de 2018 em vez de em 4 momentos ao longo de 2018 e 2019. Sem essa demonstração de força nem se teria conseguido a garantia de não haver uma alteração ao ECD, negativa para todos os docentes, como pretendia o Ministério das Finanças, nem teria havido qualquer recuperação do tempo de serviço congelado o que começará a acontecer já em 2019.

Sem essa demonstração de força, matérias como os horários de trabalho e a aposentação nunca teriam sido incluídas na agenda das futuras negociações depois de terem sido sistematicamente descartadas pelo ME.

É dessa força que a FENPROF precisa para levar a bom porto as negociações que se avizinham! •



“

**A juntar à perda de 9 anos, 4 meses e 2 dias devidos aos congelamentos (a que crescem, em muitos casos, vários anos perdidos para muitos docentes em consequência dos regimes transitórios resultantes de revisões do ECD), havia ainda a intenção de repescar o regime caducado em 2015, acarretando assim uma nova perda de 2 anos para os colegas do 8º e 9º escalões.**

# Uma tribuna pública com muitas vozes solidárias com os professores

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



Mário Nogueira

“Os professores estarão atentos ao que for acontecendo nestas negociações e disponíveis para, se necessário, dar, de novo, forte expressão à luta. No final deste ciclo negocial teremos novo Plenário Nacional em que, face ao for avaliado sobre os processos desenvolvidos, decidiremos como agir e lutar.”



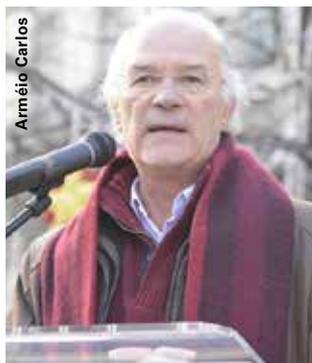
José António Gomes



António Teodoro



João Jaime Pires



Arméio Carlos



Joana Mortágua



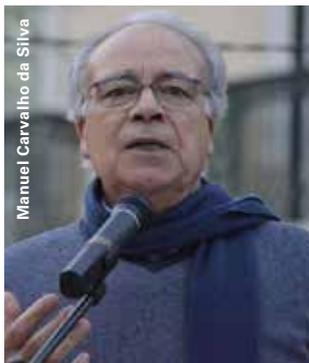
Ana Mesquita



Dulce Arrojado



Paulo Sucena



Manuel Carvalho da Silva

O alerta foi dado por **Mário Nogueira** nos momentos finais da Tribuna Pública realizada no passado dia 7 de dezembro, no Largo Camões, em Lisboa, momento saliente da campanha “Valorizar a Educação e os seus Profissionais”, que a FENPROF decidiu promover em 2017/2018.

Por esta tribuna pública passaram personalidades da vida nacional que, presencialmente ou, na impossibilidade, através de mensagem, deixaram importantes depoimentos sobre os Professores e a importância do seu papel na sociedade.

Os oradores da tribuna foram apresentados por **João Louceiro**, do Secretariado Nacional da FENPROF, que chamou a atenção para a necessidade de valorizar a Educação e os seus Profissionais num tempo que deve de “resolução de problemas”.

**José António Gomes** (na vida literária assina como João Pedro Mésseder), professor, coordenador da Escola Superior de Educação (ESE) do Porto, foi o primeiro orador.

Observou a dado passo: “Uma sociedade que não respeita os seus professores, que não os dignifica e valoriza é uma sociedade que não se respeita a si própria, à sua história e à sua cultura, nem respeita os próprios filhos. É uma sociedade que compromete o seu futuro. Ora, sendo isso inaceitável, deve ser firmemente combatido”.

## Desafio de António Teodoro

Coube ao ex-Secretário Geral da FENPROF, professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, o segundo depoimento da tribuna, em que referiu aspetos do “pensamento conservador em relação à educação”, em contraste com “os importantes desafios da democratização” do setor.

**António Teodoro** deixou um desafio/proposta à FENPROF: face ao discurso conservador dominante sobre os professores, é urgente reequilibrar esse debate público, envolvendo outras vozes, que não sejam as mesmas do dia-a-dia (os Marques Mendes, Sousa Tavares, etc., etc...), refazendo alianças e redes, mobilizando importantes sectores como as universidades e as associações culturais, pedagógicas e científicas, entre outras entidades.

## Alguém tem de dizer: BASTA!

“Jogando em casa”, o Diretor da Escola Secundária Camões relacionou o trabalho dos professores com “a evolução do país, da sociedade e da educação”.

“Os Orçamentos para a Educação não podem ser como os que têm sido sucessivamente apresentados. Não é possível continuar assim”, sublinhou **João Jaime Pires**, que alertou para os objetivos da

anunciada “descentralização” que, na verdade, significa “municipalização”...

“Alguém tem de dizer: Basta!”, frisou o Diretor da conhecida escola de Lisboa.

**Arménio Carlos** foi o quarto orador da Tribuna. O Secretário Geral da CGTP-IN realçou a capacidade de mobilização e intervenção da FENPROF, numa intensa luta pela resolução dos problemas dos professores em tempo oportuno, que “obrigou o Governo a sentar-se à mesa da negociação”.

O dirigente sindical enquadrou a ação e a luta dos professores no contexto da defesa e valorização das funções sociais do Estado e, a propósito do descongelamento das carreiras, recordou: “O dinheiro não faltou para resolver os problemas da banca privada”...

“Os professores, que viram os seus salários congelados, que viram a sua carreira congelada, são credores do Estado; há que contar o tempo de serviço”, sublinhou.

### Professores “caixeiros viajantes”

“A carreira tem que ser descongelada. O tempo que os professores trabalharam é para ser contado, foram anos e anos de dedicação à escola”, salientou **Joana Mortágua**, do Bloco de Esquerda (BE).

“Celebrar a escola pública é celebrar vitória todos os dias”, observou a deputada. Destacando que “há ainda muito por fazer”, Joana Mortágua abordou vários aspetos fundamentais na vida dos professores, como a mobilidade e os concursos, alertando para o dia-a-dia dos docentes “caixeiros viajantes” e para a urgência de políticas apontadas à estabilidade.

Para a parlamentar do BE, “investir na escola pública é prioridade”. Mais adiante realçou também o “muito que tem sido feito pela FENPROF” em relação aos professores que trabalham no ensino privado e cooperativo.

Referindo-se às conclusões dos plenários sindicais, que decorreram recentemente por iniciativa da FENPROF, Joana Mortágua sublinhou que é preciso “renovar compromissos” e dar “combate sem tréguas”, entre outras, por três matérias essenciais: contra a municipalização, pela gestão democrática das escolas e por uma verdadeira educação inclusiva.

### “São necessárias soluções coerentes e justas”

“A contagem do tempo de serviço tem de ser feita integralmente. Os professores foram avaliados. Desenvolveram o seu trabalho. Há que encontrar soluções. Há que dar respostas aos docentes e aos trabalhadores da Administração Pública”, salientou **Ana Mesquita**, deputada do PCP.

Chamou a atenção para a necessidade de clarificar componente letiva e componente não letiva nos horários dos professores e de criar condições nas escolas para melhorar o



processo ensino-aprendizagem. A luta contra a precariedade laboral no setor do ensino esteve em foco na breve intervenção da parlamentar comunista – “são necessárias soluções coerentes e justas” -, bem como a garantia dos recursos humanos que respondam às necessidades permanentes dos estabelecimentos de ensino. “O PCP está também, neste combate”, garantiu Ana Mesquita, que abordou a “gestão democrática”, como matéria fundamental dos nossos dias. “É nas escolas que esse exemplo deve ser vivido, concretizado e desenvolvido”, sublinhou, lembrando o projeto de lei do PCP sobre a matéria.

**Dulce Arrojado**, do grupo parlamentar do PEV, chamou a atenção para “o desinvestimento na escola pública ao longo de muitos anos” e para o conseqüente “avolumar de problemas” nos estabelecimentos de ensino, a par de sucessivas políticas e atitudes de “desrespeito pelos professores”.

O reforço do financiamento da escola pública e o combate à precariedade laboral no setor do ensino foram preocupações em foco no depoimento de Dulce Arrojado, que teve ainda oportunidade de comentar temas como a necessária redução do número de alunos por turma (recordando um projeto dos “Verdes” sobre a matéria), a situação dos alunos com necessidades educativas especiais (referindo as queixas que regularmente chegam ao seu grupo parlamentar), a falta de psicólogos nas escolas e o direito a uma aposentação digna. “Os professores merecem ser respeitados”, sublinhou.

### Apelo de Paulo Sucena

O ex-Secretário Geral da Federação Nacional dos Professores, deixou um expressivo apelo ao Governo para que “que negoceie

com boa fé, que sempre foi apanágio da FENPROF, que não degrade o Estatuto profissional dos docentes nem tripudie sobre os direitos nele consagrados, que restitua aos professores as condições para que eles possam ser intelectuais reflexivos e não funcionários fartos de funcionar. “Sei que esta é uma profissão altamente exigente, mas também sei que, globalmente, os educadores e professores nunca se furtaram a essas exigências. Antes pelo contrário. Foram muitas vezes capazes de superar circunstâncias adversas de diversa ordem”, sublinhou noutra passagem. Destaque ainda para esta passagem da intervenção de **Paulo Sucena**: “Tenho esperança de que o Governo não pratique a monstruosa hipocrisia política de, por um lado, propalar aos sete ventos que almeja tornar Portugal numa sociedade do conhecimento e, por outro lado, atuar negocialmente com um injusto e injustificado menosprezo pelo Estatuto profissional dos professores. Se isso viesse a acontecer, o que o Governo semearia não era conhecimento mas ignorância e isso ninguém perdoaria. Nem professores, nem alunos, nem famílias, nem o País. E a História o condenaria. Para que isso não possa acontecer, aqui estamos hoje nesta Tribuna Pública com a promessa de que continuaremos a resistir e a lutar para que a escola e os professores possam dar um melhor rosto ao futuro de Portugal.”

### “A vossa luta é moderna e é com ela que se projeta o futuro”

“Historicamente, os Sindicatos de Professores, desde a sua origem, sempre deram o seu contributo para uma visão moderna da escola pública”, lembrou **Manuel Carvalho do Silva**, já na ponta final da tribuna. O sociólogo falou da necessidade de resol-

ver os problemas prementes que se vivem na educação para que se abra espaço à renovação e para que se encarem outros problemas estruturantes.

O coordenador da delegação do CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra) em Lisboa valorizou a forma como a escola prepara e forma, mas, ao mesmo tempo, lembrou que, devido à sua matriz de desenvolvimento (precariedade, baixos salários...), a sociedade não consegue integrar plenamente essa qualidade de formação.

“Precisamos de uma escola que capacite e que forme, mas precisamos também de uma sociedade que aposte no desenvolvimento”, destacou Carvalho da Silva.

“Há que dar dignidade aos professores”, que precisam de “tempo para ensinar e não para funções burocráticas”, afirmou noutra passagem.

“A vossa luta é moderna e é com ela que se projeta o futuro”, concluiu.

### A importância das lutas de novembro

O período de intervenções terminou com as palavras de **Mário Nogueira**, que afirmaria a dado passo:

“Estamos a viver um ciclo negocial muito importante. Iniciou-se em 14 de novembro e culminou com a declaração de compromisso assinada entre os Sindicatos de Professores e o Governo, no dia 18. Pelo meio, determinante, tivemos a extraordinária greve e a não menos importante concentração junto à Assembleia da República, no dia 15 de novembro. Vamos agora iniciar o processo negocial específico sobre o que se decidiu



chamar de recomposição da carreira docente. Uma recomposição que terá três componentes: o reposicionamento de quem entrou na carreira, mas ficou retido no primeiro escalão; o descongelamento da carreira, que será nos termos em que se vai concretizar em toda a Administração Pública; e a recuperação do tempo de serviço perdido com congelamentos que, recorde, são 9 anos, 4 meses e 2 dias.”

### “Não admitimos qualquer tipo de discriminação!”

E mais adiante, o Secretário Geral da FENPROF observou: “Aos que dizem que os professores serão privilegiados neste processo eu pergunto:

- Será privilégio colocar onde já deveriam estar aqueles que ficaram retidos no ingresso, para poderem beneficiar do descongelamento que todos os outros irão ter?
- Será privilégio garantir que o descongelamento da carreira docente se fará nos exatos termos do que acontecerá em toda a Função Pública?
- Será privilégio recuperar o tempo de serviço que não foi contado como, afinal, acontecerá com todos os trabalhadores cuja carreira prevê que os anos se convertam em pontos? Não há aqui privilégio algum, o que nós não admitimos é qualquer tipo de discriminação e era disso que, até à declaração de compromisso, estava em cima da mesa.” •



## Mensagens pela defesa e valorização dos professores

As dirigentes sindicais Ana Simões, Lurdes Martins e Júlia Vale leram as mensagens enviadas por personalidades da vida nacional que, nomeadamente por razões profissionais, não puderam estar presentes na tribuna pública realizada no Largo Camões, em Lisboa.

Foram os casos de António Borges Coelho (historiador, professor catedrático jubilado da Universidade de Lisboa); Almerindo Janela Afonso (sociólogo, doutor em Educação, docente da Universidade do Minho); David Rodrigues (presidente da Associação Pró-Inclusão); Manuel Carlos Silva (docente jubilado da Universidade do Minho, doutorado em Ciências Sociais, Culturais e Políticas); Manuel Loff (historiador, docente da Universidade do Porto); Ana Rita Bessa (deputada do CDS/PP); Susana Amador (deputada do PS); Mária do Céu Guerra (atriz); Sérgio Niza (pedagogo, presidente do Movimento Escola Moderna); Licínio Lima (sociólogo, doutor em Educação, docente da Universidade do Minho); José Soreto Barros (juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça); Luis Conceição (doutor em Arquitetura, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa); Nuno Pacheco (redator principal e subdiretor do jornal “Público”) e Fausto Bordalo Dias (cantor).

Nota comum a este conjunto de mensagens foi a defesa e valorização do trabalho dos professores em todos os graus e setores de ensino. •

## Pela valorização da Educação e da profissão docente

# FENPROF entrega na A.R. e no M.E. abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas

No passado dia 24 de novembro, o Secretariado Nacional da FENPROF entregou na Assembleia da República e no Ministério da Educação o Abaixo-Assinado/Petição “Pela Valorização da Educação e dos seus Profissionais; 2017/18: Tempo de resolver problemas!”. O documento, que, no essencial, integra as propostas que os professores defendem para aspetos tão importantes como carreiras, horários, concursos e aposentação, mas também a revisão do atual modelo de gestão das escolas e a recusa de qualquer processo que imponha a municipalização da Educação, reuniu, em apenas dois meses, mais de 20 mil assinaturas.

Um número que reflete bem a opinião dos professores em relação aos aspetos fundamentais, escolhidos pelos docentes e assinalados pela FENPROF, a que urge dar uma resposta cabal, pondo fim a longos anos de ataques à profissão e de desvalorização da escola Pública. Para a FENPROF, a qualidade do sistema público de ensino, que a Constituição da República Portuguesa elege como uma das funções sociais do Estado, é indissociável da criação de adequadas condições de exercício da profissão, mas também da garantia de um desenvolvimento da carreira que combata o desgaste profissional que decorre do exercício continuado da docência, de um regime de aposentação

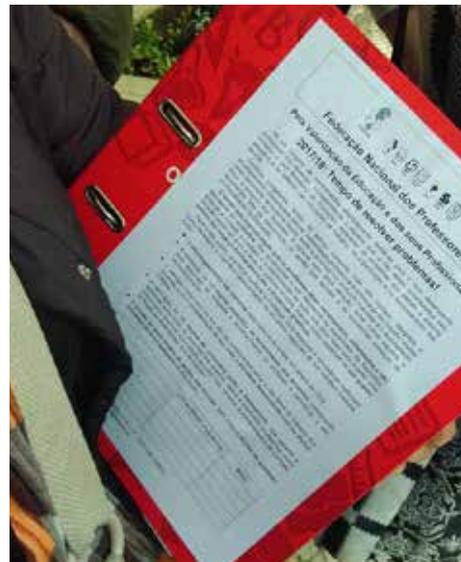
que evite o envelhecimento do corpo docente e de uma carreira que seja valorizadora social e materialmente dos professores e educadores.

### Reconhecer e resolver os problemas

Os Professores e Educadores consideram que o tempo que vivemos impõe que os problemas sejam reconhecidos, enfrentados e não ignorados ou ocultados. Entendem ainda que, dos governantes e deputados se exige a vontade, coragem e determinação para que seja feito tudo o que se impõe no sentido de inverter caminhos errados que têm vindo a ser percorridos, condicionados por políticas negativas que têm desvalorizado a Educação e os seus profissionais.

Assim, torna-se indispensável reiterar as propostas dos docentes para a valorização da Educação e dos seus Profissionais, mas também reagir aos ataques que, muitas vezes, não respeitam os mais elementares princípios de ética e moral democráticas. Nesse sentido, o Abaixo-Assinado/Petição “Pela Valorização da Educação e dos seus Profissionais; 2017/18: Tempo de resolver problemas!”, que já conta com mais de 20 mil subscritores, acabou por se revelar um importante instrumento de luta.

Sublinhe-se que foi do processo de luta e da tenacidade colocada nas reuniões de negociação que levaram à assinatura de uma



Declaração de Compromisso por parte do Governo e da FENPROF que fizeram com que o ME acedesse a num curto espaço de tempo iniciar processos negociais que deem resposta e façam caminho relativamente aos motivos que levaram os professores à luta, que poderá ser retomada, caso o ME não cumpra com o que se comprometeu. Os professores estão atentos e não pretendem aligeirar a sua intervenção. ●

## Unir, mobilizar, negociar

# O tempo não está para distrações

Nas ações que a FENPROF tem desenvolvido nas últimas semanas em todo o país e nas mensagens que os dirigentes têm passado (sempre que possível) na comunicação social, há uma preocupação fundamental que pode ser sintetizada numa passagem da intervenção do Secretário Geral da FENPROF na recente tribuna pública, realizada em Lisboa. Disse Mário Nogueira: “Teremos de nos manter informados e mobilizados, se for necessário, para, pela luta, garantirmos a valorização da Educação e dos seus Profissionais, na certeza de que 2017/2018 será tempo de resolver problemas.”

A passagem da informação e a mobilização dos docentes é, mais do que nunca, prioritária nos tempos que vivemos,

marcados, também, pelo renascer de um sinistro discurso antidemocrático contra os professores e a escola pública, alimentado na comunicação social e particularmente nas televisões por “opinion makers” em bicos de pés que de educação e formação pouco sabem...

É preciso continuar atento às posições que o Governo tem levado e continuará a levar para as mesas negociais: a carreira e a sua recomposição, concursos e progressão aos 5.º e 7.º escalões, entre outras matérias. Entretanto, em 10 de janeiro ocorrerá a negociação do reposicionamento dos cerca de 7500 docentes que continuam retidos no primeiro escalão e em 26 de janeiro será a vez de os horários de trabalho e a aposentação estarem no centro do debate negocial.

Como foi aprovado no Plenário Nacional descentralizado (6.12), com expressão em 21 localidades, “os professores estarão atentos ao que for acontecendo nestas negociações e disponíveis para, se necessário, dar, de novo, forte expressão à luta”, como realçou Mário Nogueira na referida tribuna pública.

No final deste ciclo negocial haverá novo Plenário Nacional convocado pela FENPROF em que – e voltamos às palavras do Secretário Geral da FENPROF – “face ao que for avaliado sobre os processos desenvolvidos, decidiremos como agir e lutar,” com esta certeza à partida: “o tempo não está para distrações” e 2018 terá de ser tempo de resolver problemas e valorizar a escola pública, para todos, democrática e de qualidade. Boas Festas! | JPO ●



# impressões

JOSÉ MANUEL COSTA (Membro do SN da FENPROF)

Carreira docente:

## Descongelamento, reposicionamento, recuperação do tempo de serviço...



A Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018 prevê o **descongelamento** das progressões nas carreiras da Administração Pública, incluindo, claro a carreira dos educadores de infância e docentes dos ensinos básico e secundário, com efeitos a 1 de Janeiro de 2018. Mas a palavra descongelamento não é interpretada por todos da mesma forma, sendo comuns algumas ideias erradas e, pior, expectativas falsas e infundamentadas.

De facto, entre 30.08.2005 e 31.12.2007 e, depois, entre 01.01.2011 e 31.12.2017, o tempo, num total de 9 anos, 4 meses e 2 dias, não foi contado para carreira, tendo sido sonogado aos professores, e não vai ser recuperado no dia 1 de Janeiro de 2018. Esse tempo não conta, portanto, para a progressão na carreira, quer ela se dê a 1 de Janeiro ou depois. E isto prejudica todos da mesma forma, desde que estivessem, claro, a leccionar nos períodos em causa. Ou seja, abrange quem esteve no ensino público ou no privado, quem já estava na carreira ou era contratado e mesmo quem ainda é contratado.

Assim, o descongelamento significa apenas que, a 01.01.2018, será retomada a contagem do tempo para carreira, de-

pendendo a progressão de cada um do cumprimento dos requisitos para tal definidos no artigo 37.º do ECD, designadamente do tempo de serviço em falta.

Mas não serão poucos os professores que ainda confundirão descongelamento com **recuperação do tempo de serviço** ou que julgarão que, com o descongelamento, toda a gente progredirá já em 2018.

Essa recuperação do tempo de serviço – e o uso do artigo definido significa que a recuperação deverá ser integral, isto é, do total de 9 anos, 4 meses e 2 dias –, garantida pela Declaração de Compromisso assinada, na madrugada de 18 de Novembro, carece ainda da negociação dos seus termos, uma negociação iniciada no passado dia 15 de Dezembro, mas que se prolongará para 2018. Assim, o tempo de serviço relevante, no dia 1 de Janeiro próximo, para todos os docentes, será aquele que os mesmos têm contabilizado para carreira nos seus registos biográficos, e não o tempo total, como é contado, por exemplo, para concursos.

Mas 1 de Janeiro será também a data em que produzirá efeitos, ainda que retroactivamente, o **reposicionamento** dos docentes que, por imposição de sucessivas leis do Orçamento do Estado, foram integrados, desde 2013, no 1.º escalão da carreira, mas que têm tempo de serviço, contado para carreira, que lhes permitiria estar já noutros escalões da carreira. Ou seja, a medida não abrangerá, portanto, os docentes que estão correctamente posicionados nesse escalão, por não terem ainda tempo de serviço, contado para carreira, que lhes permita estar em escalão superior.

O reposicionamento destes colegas

deverá ser feito no escalão em que estão os docentes com o mesmo tempo de serviço que já estavam integrados na carreira, o que decorre da impossibilidade de haver lugar a ultrapassagens, conforme estipulado na alínea c) do ponto 5 da Declaração de Compromisso

Este **reposicionamento** ficará isento do faseamento previsto na PLOE2018 para o pagamento das diferenças salariais que se aplicará às **progressões** a ocorrer nestes dois anos, a saber: 1.º momento em 01.01.2018; 2.º em 01.09.2018; 3.º em 01.05.2019; 4.º em 01.12.2019.

Alguns colegas contestam esta diferença de tratamento, mas a mesma justifica-se perfeitamente porque, sem prejuízo de o congelamento de carreiras a todos ter prejudicado, estes docentes ficaram ainda mais prejudicados, pois enquanto os colegas que já estavam na carreira ficaram retidos no escalão que lhes cabia em função do tempo de serviço efectivamente contado para carreira, estes, ao ingressarem nos quadros depois de 2011, foram obrigatoriamente integrados no 1.º escalão da carreira, mesmo tendo tempo de serviço, contado para carreira, que lhes daria direito à integração em escalão superior.

Recorde-se que, até 2009, os docentes integravam a carreira no escalão correspondente ao tempo de serviço que detinham à data da integração, tendo o Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho, feito depender essa integração de regulamentação, através de portaria, nunca publicada, mas cuja negociação tem início marcado para 10 de Janeiro

Assim, após a publicação da portaria que resultar dessa negociação, o reposicionamento desses colegas terá lugar, produzindo efeitos a 1 de Janeiro, desde que os mesmos tenham, de facto, tempo contado para carreira que lhes garanta o direito ao reposicionamento em escalão superior. Daí que seja, julgamos, inteiramente justa essa parca compensação de não terem de sofrer o faseamento no pagamento de diferenças salariais de que já deveriam estar a beneficiar desde que ingressaram na carreira.

Estabelece o ponto III da Declaração de Compromisso que esse reposicionamento deverá ser feito “de acordo com as regras gerais de progressão”, o que, em nosso entender, deverá afastar constrangimentos como observação de aulas ou vagas. ●

*Nota: O autor não respeita o Acordo Ortográfico de 1990, vulgo Novo Acordo Ortográfico.*



# duas palavras

LUÍS LOBO (Membro do SN da FENPROF)

## A propósito do Relatório do CNE sobre o Estado da Educação

**A** necessitar de uma análise mais fina de alguns aspectos analisados no Relatório do Conselho Nacional de Educação, interessou-me o facto de algumas das pessoas convidadas a opinar sobre o seu conteúdo terem, logo, corrido a escolher o maior abandono escolar, agora mais longe de atingir a meta europeia ambicionada de 10%, como um dos grandes males ou falhanço da política educativa do actual governo. Na verdade, tendo em conta as perspectivas traçadas para esta legislatura, designadamente quanto à resposta a dar aos cidadãos já fora da escolaridade obrigatória, fica por explicar a ineficácia governativa. Porém, as raízes destes problemas remontam a períodos de governações anteriores, não podendo assacar-se exclusivamente a este governo toda a responsabilidade pela situação.

São também significativos os dados positivos desse mesmo relatório: Portugal apresenta cada vez melhores resultados ("claras melhorias nas aprendizagens dos alunos portugueses"), taxas de retenção mais baixas (apesar do "elevado nível de retenção que ainda se observa"), o trabalho positivo em escolas com alunos de

meios sócio-económicos desfavorecidos, a elevada qualificação dos professores portugueses.

Num espaço tão curto como o que pertence a esta rubrica do JF, fica a necessidade de olhar, no entanto, para outros aspectos a que urge pôr mãos ao trabalho, como, por exemplo, a necessidade de se combaterem as taxas de retenção logo desde muito cedo, sendo consensual que há instrumentos básicos para as aprendizagens que, se os alunos não se apoderarem deles, desde logo, dificilmente recuperam nos anos seguintes.

No que aos professores diz respeito, é significativa a referência que é feita a uma classe envelhecida, que não se renovou, possuidora de um sentimento de baixo reconhecimento social e de desrespeito pela sua profissão. Não faltam os motivos, se considerarmos a acção dos titulares do ME.

É inexplicável a falta de respostas em matérias essenciais, para as quais a FENPROF considera dever haver prioridade, como o rejuvenescimento da profissão, não só permitindo uma maior diversidade etária das nossas escolas, mas também evitando a saída abrupta que se verificará quando um elevado grupo de

docentes partir para a aposentação. Também é necessário criar condições para evitar o elevado desgaste físico e psíquico que se regista principalmente devido a dois motivos: a excessiva atribuição de responsabilidades e tarefas que vão muito para além da leccionação e das suas preparação e avaliação; mas também o próprio envelhecimento. Aliás, sobre este aspecto deveria competir ao ME uma avaliação dos motivos por que aumentaram as situações de doença e de maior apoio na saúde.

Por fim, sintomático é o questionamento que a própria Presidente do CNE, Maria Emília Brederode dos Santos, faz sobre que capacidades o país foi construindo para a diferenciação pedagógica e a utilização de pedagogias activas ou para responder a desafios que se colocam às sociedades, cumprindo à Educação assumir, neles, as suas responsabilidades: ambiente, cidadania, solidariedade intergeracional, a ética e o desenvolvimento científico...

É por isso que o relatório do CNE sobre o Estado da Educação não deve ser usado nem como arma de arremesso político, nem como motivo para cantar vitória, deve antes sim funcionar como um impulso para transformar. ●

### CARTOON

Henrique Monteiro





## Precariedade e luta sindical

# Organizar a participação, constituir comissões de contratados

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

**A** luta contra a precariedade é de radical importância para a valorização da profissão docente. É tempo de a resolver! Não chegam, os passos dados pelo atual governo. O combate é de todos, mas na primeira linha terão de estar os próprios, os docentes contratados a termo.

De acordo com as respetivas dinâmicas, mas convergindo na estratégia, os sindicatos da FENPROF estão a promover reuniões de docentes contratados nas suas regiões. Para além da discussão, está em marcha a constituição de comissões de contratados que, no apoio ao trabalho de direção sindical, contribuam para dinamizar e organizar a participação na luta de cada vez mais colegas.

As comissões serão um recurso valioso para a apresentação de propostas de ação e de intervenção, para multiplicar contactos com outros colegas, para a mobilização de tantos que continuam a (querer) alhear-se da participação que lhes cabe.

### Novos desafios em 2018

A proposta de Orçamento do Estado para 2018 (OE) – votada favoravelmente por PS, BE, PCP, PEV e PAN – assume, no artigo 37.º, a realização de um novo processo de vinculação

extraordinário em 2018. Não desvalorizando as negociações que decorreram no parlamento, lembramos que havia um compromisso do ministro da Educação para um novo processo de vinculação em 2018. Foi conseguido, primeiro, em termos vagos mas veio a ser reassumido perante a luta desenvolvida no final do ano letivo anterior, designadamente nas negociações com a FENPROF que antecederam a greve de 21 de junho; foi confirmado em momentos posteriores.

O OE não fecha – mas tende a limitar! – o número de vagas para o processo extraordinário de vinculação. Importante, mesmo, é saber como os docentes vão (querer) intervir e lutar para tornar o novo processo mais justo e abrangente. É de lembrar que, em 2017, a bitola do governo para a vinculação extraordinária se ficou por uns inacreditáveis 12 anos de serviço. E em 2018, qual será o número de anos de serviço que acabará por caracterizar a nova regularização de vínculos? É preciso intervir sobre esta matéria.

No artigo 249.º do OE surge outra novidade: a alteração dos termos da “norma-travão”. Tratando-se de uma norma do OE, não está garantido que vigore para além de 2018. Positiva, a diminuição da exigência de ligação contratual para três anos ou duas

“

**As comissões serão um recurso valioso para a apresentação de propostas de ação e de intervenção, para multiplicar contactos com outros colegas, para a mobilização de tantos que continuam a (querer) alhear-se da participação que lhes cabe.**

renovações e a admissão de que não seja, obrigatoriamente, no mesmo grupo de recrutamento. Mantêm-se, no entanto, as noções excludentes de anualidade e continuidade, bem como a de horário completo. Como é sabido, daqui resulta o afastamento de muitos docentes que, efetivamente, respondem a necessidades permanentes mas permanecem contratados a termo.

O impacto da “norma-travão” na resolução da precariedade tem sido muito reduzido. Tal não será suficientemente alterado com as novidades. Mais a mais, o OE aponta para que um maior número de ingressos por via do concurso externo seja contrabalançado pelas vinculações do processo extraordinário. Deixar correr não é a atitude necessária. É preciso intervir para que o governo vá (muito) mais longe, como lhe compete.

### Aprender com a luta

Para quem, por comodismo ou erro de leitura, acha que nada lhe cabe fazer, quem adormece ao som do “não vale a pena...”, para quem diz que a luta sindical – a luta coletiva, organizada e persistente! – de nada serve... Recomenda-se uma revisão da matéria à luz do processo que resultou, para já, na declaração de compromisso de 18 de novembro. É um exemplo para os desafios colocados pela luta contra a precariedade. Antes de dia 18, o governo já ia trancando portas: a luta dos professores abriu-as! Foi o envolvimento dos docentes que obrigou o governo a sentar-se à mesa das negociações e a querer chegar a compromissos. Será, agora, a força da luta que poderá transformar os compromissos em decisões e medidas que os concretizem.

Será assim com as questões da carreira, será assim com as dos horários, do rejuvenescimento da profissão. Será assim, sem dúvida, com a luta contra a precariedade, contra os abusos e a discriminação dos docentes contratados a termo, pela efetivação do direito constitucional à segurança no emprego.

A constituição de comissões de contratados é um passo importante na organização dessa luta. E tu tens um papel a desempenhar em tudo isto. Ninguém virá para te substituir. ●

## O PREVAP no ensino superior e na ciência

# Combate à precariedade: FENPROF na linha da frente

TIAGO DIAS (Membro do SN da FENPROF)



O trabalho precário é um grave problema, tanto laboral como social, que afeta grandemente e de forma transversal todos os sectores de atividade da nossa sociedade, incluindo as instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

De acordo com o relatório "Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública (AP)", no ensino superior e na ciência encontram-se mais de 14 mil trabalhadores precários, de um total de 116.391 trabalhadores precários identificados em toda a AP. É por este motivo que no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) foi, necessariamente, criada uma Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) para a área governativa da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CTES).

A FENPROF participa nesta CAB, em representação da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), com o propósito de conseguir a regularização dos vínculos contratuais dos muitos docentes contratados como "falsos" convidados por universidades e politécnicos, bem como dos muitos investigadores doutorados que vêm desenvolvendo a sua atividade científica nas universidades, nos politécnicos ou em centros e laboratórios de investigação através de sucessivos contratos a termo (incluindo os contratos de investigador FCT) ou com recurso a bolsas (e.g. bolsas pós-doc, BGCTs e BTIs).

Sendo muitos os colegas que se encontram nestas situações, não é de estranhar que a CAB CTES, a par das CAB da Educação e da Saúde, seja das comissões com maior número de processos para tratar: 5.399 requerimentos admitidos na 1ª fase de submissão e mais 545 novos requerimentos admitidos no período extraordinário que decorreu em novembro.

Este elevado número de processos, conjugado com a indefinição dos termos de regularização do PREVPAP (note-se que o projeto desta lei foi aprovado na Assembleia da República em 13 de outubro mas a CAB CTES iniciou o seu trabalho em 31 de maio) e a falta de cooperação de muitas instituições que decidiram não prestar à CAB todas as informações solicitadas, entre outros problemas menores, tem constituído um enorme desafio ao trabalho da CAB CTES.

### Ritmo razoável

Ainda assim, os trabalhos desta CAB têm decorrido a um ritmo razoável e até melhor que os de outras comissões, estando previsto que todos os requerimentos admitidos na 1ª fase relativos a instituições que não são de ensino superior ou de investigação e às instituições de ensino superior politécnico possam ser alvo do parecer da CAB CTES até ao final de 2017. Para este desempenho tem contribuído em muito a ação informada, esclarecida, construtiva e decidida da FENPROF que, inclusive, já levou à produção e divulgação pública de 3 notas de esclarecimento.

### Petição no Parlamento

Petição promovida pela FENPROF vai ser discutida em Comissão Parlamentar, onde haverá audição de representantes da Federação. Subscritores pretendem a adoção de medidas quanto ao posicionamento remuneratório dos docentes, providos por concurso, nas carreiras docentes do ensino superior

A petição da FENPROF, com 1152 assinaturas válidas, foi aceite pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República e vai ser, agora, objeto de audição do MCTES e das organizações sindicais do sector. A FENPROF pretende, com esta Petição, implicar o parlamento na resolução de uma situação que gera profundas injustiças e desigualdades, ao impedir o ajustado posicionamento de docentes que com a obtenção de grau ou prestação de provas no escalão que, pela aplicação do ECDU e ECPDESP, lhes deveria ser atribuído.

Procuradoria-Geral da República e Secretaria de Estado da Administração e Emprego Público divergem quanto à medida a adotar, estando a primeira mais próxima da posição da FENPROF agora subscrita por mais de um milhão de docentes. •

**+** INFO [www.fenprof.pt/SUPERIOR](http://www.fenprof.pt/SUPERIOR)

Para 2018 ficaram reservadas as análises dos requerimentos de 1ª fase envolvendo as instituições do subsistema universitário e de investigação científica, bem como os rececionados na 2ª fase. Prevê-se, portanto, um trabalho ainda mais difícil e exigente, dado o curto horizonte temporal definido pelo Governo para a conclusão do PREVPAP e a publicamente conhecida relutância dos responsáveis por estas instituições em reconhecer a existência de "falsos" professores convidados e que muitos dos investigadores e bolsiros que acolhem há vários anos correspondem efetivamente a necessidades permanentes.

A FENPROF continuará ativamente empenhada no PREVPAP, em defesa dos docentes do ensino superior e dos investigadores científicos, e assim se manterá até à conclusão do programa ou até que considere que a sua participação na CAB CTES deixou de estar justificada, já que em momento algum a FENPROF se prestará ao frete de, com a sua participação, poder estar a contribuir para legitimar um processo que não vise, de forma séria, combater efetivamente a precariedade que há longos anos vem ensombrando o ensino superior e a ciência. •

## Concursos de professores

# Carta aberta ao Ministério da Educação

Ex.mo Senhor Ministro da Educação,

Os resultados do mais recente concurso de professores vieram confirmar que eram justas as razões por que a FENPROF, em janeiro de 2017, rejeitou a celebração de acordo com o ME no desfecho do processo negocial então havido em torno do regime legal que o regula.

De facto, desses resultados salienta-se:

Dos docentes providos em QA/QE, poucos foram os que alcançaram uma qualquer aproximação à residência, fosse através do concurso interno, por o ME não ter aberto a totalidade dos lugares correspondentes às reais necessidades das escolas, fosse através da mobilidade interna (apenas a conseguiram 17,6% dos que a tentaram), por serem ultrapassados, em função das prioridades que estão legalmente fixadas, por outros candidatos com menor graduação providos em QZP no acesso aos horários disponíveis;

Quanto aos professores providos nos QZP, foram estes por seu turno negativamente discriminados no concurso interno ao terem sido neste posicionados em prioridade seguinte à dos QA/QE, situação que ajuda a explicar o igualmente diminuto número dos que obtiveram transferência para QA/QE (apenas 17%). A agravar a instabilidade dos docentes dos QZP (situação que, aliás, afetou também docentes de QA/QE com “horário zero”) está a decisão administrativa e sem prévio aviso do ME de não ter considerado (rompendo com uma prática de uma década) os milhares de horários ditos incompletos, pedidos pelas escolas, para a colocação na mobilidade interna, para logo os considerar para a primeira reserva de recrutamento. Esta arbitrária decisão determinou uma inversão da graduação na atribuição das colocações disponíveis, sendo precisamente os docentes de maior graduação os que foram colocados em escolas mais distantes das preferências que tinham manifestado como prioritárias;

Relativamente aos docentes contratados, um número muito significativo continua a ser alvo de abuso no recurso à contratação a termo (até à RR2 foram contratados em horário anual e completo mais de 4000 professores), o que confirma que o ME poderia e deveria ter ido mais longe no processo de vinculação de docentes que levou a cabo. Desde logo, se tivesse respeitado os critérios que legalmente fixou para a determinar a abertura de vagas do concurso de integração extraordinário, o que não sucedeu, tendo ficado por abrir um número não inferior a 700. Além disso, na vinculação, persiste uma “norma-travão” injusta, pois não garante que sejam os docentes com

maior graduação a vincular, e que se revela insuficiente para travar o abuso do recurso à contratação a termo, como o confirma o facto de o ME ter aberto um concurso de integração extraordinário, através do qual vincularam quase 7 vezes mais professores do que pela aplicação daquela norma, todos com mais de 12 anos de serviço, de acordo com as regras estipuladas.

Em suma, estamos perante um regime de concursos que não vai no sentido da necessária estabilização dos professores nas escolas, é gerador de injustiças, distorcendo o critério da graduação profissional, e não resolve definitivamente os persistentes problemas da precariedade e do desemprego docentes.

Perante a persistência de problemas, que o atual regime de concursos não resolveu ou até agravou, exige-se ao ME a adoção de soluções efetivas para os mesmos, as quais não passam pela simples antecipação, para 2018, do concurso interno, ainda para mais se esta for concretizada nos termos em que tem sido insistentemente apresentada pela Tutela. De facto, a manutenção da vigência plurianual das colocações obtidas em 2017 para os que assim o entendam, tal como o ME vem advogando, obstaculiza o apuramento de horários pretendidos pelos docentes no concurso de mobilidade interna, esvaziando-se o sentido prático para a sua realização.

Ao invés, a correção dos problemas identificados atrás terá de passar necessariamente por um processo de revisão do regime de concursos que consagre princípios e medidas que, aliás, a FENPROF já defendeu no processo negocial de revisão ocorrido entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, designadamente os seguintes:

- Abertura de lugares de QA/QE em número correspondente às suas reais necessidades permanentes, designadamente considerando que sempre que uma escola ou agrupamento necessite, por 3 anos sucessivos, de mais docentes em horário completo do que aqueles que o quadro próprio contempla, deve o excedente ser igual ao número de vagas a abrir;
- Ordenação dos docentes dos quadros, sejam QA/QE ou QZP, em função da sua graduação profissional. Nesse sentido defende-se a definição de uma prioridade única para o concurso interno e, quanto à mobilidade interna, também uma só prioridade para os QZP e docentes de QA/QE em concurso de aproximação à residência;
- Redução da área geográfica dos QZP;
- Aprovação de uma norma de vinculação que determine o ingresso de todos

os docentes ao fim de 3 anos de serviço obtidos de forma sucessiva e em horário completo, mas considerando-se também sucessivos, no respeito pela lei geral do trabalho, os contratos que sejam celebrados após uma interrupção não superior a 1/3 da duração do contrato anterior e incluindo-se na condição de horário completo todos os com 20 ou mais horas;

- Universalidade de acesso a todas as vagas, de QA/QE e de QZP, colocadas a concurso; nesse sentido, não deverá haver vagas exclusivamente para candidatos ao concurso interno, como não deverá haver vagas exclusivamente destinadas aos opositores ao concurso externo. | *SN da FENPROF*



### Em síntese, a FENPROF entende que se exige:

**1** – A urgente abertura de um processo negocial de revisão do diploma legal de concursos, com vista a consagrar os princípios e medidas identificados atrás;

**2** – A realização, no presente ano letivo, de um concurso geral de professores, o que inclui o concurso interno, o de mobilidade interna que lhe está subjacente, abrangendo todos os docentes providos nos QZP e os de QA/QE que o entendam, bem como o de contratação, mas sem recurso à figura arbitrária da renovação. | *O Secretariado Nacional da FENPROF* •

# O discurso contra os Professores

## Quem o alimenta?

## O que pretendem?

JOSÉ ANTÓNIO GOMES (Escola Superior de Educação do Porto)

Há palavras que alguém menos prevenido poderia ter dúvidas em situar 43 anos após a Revolução de Abril e o subsequente processo de democratização da escola. Mas elas estão aí.

Falo de um discurso de crítica desalinhavada, infundamentada, aos professores, que chega a ganhar contornos de incompreensível ataque à própria condição docente, à sua imagem e função social.

Somos tentados a dizer que não são vozes de quem acordou com maus fígados, mas de quem viveu uma má escola (como se vive uma má adolescência ou uma má relação conjugal ou com os pais), vozes de quem, já na juventude, teria tido dificuldade em lidar com figuras de autoridade positiva, indissociáveis do ensinar e fazer aprender, do acto de educar, indissociáveis, em suma, do saber.

Há gente assim, no nosso país, mas a coisa é mais grave, talvez. É que o ataque violento aos professores – em especial da escola pública –, aos seus direitos e legítimas aspirações de exercício profissional digno, com estabilidade, com efectivas condições para o desempenho da função, esse ataque, além de pôr em causa a própria Escola Pública, não provém hoje tanto de certos governantes – como aconteceu no famigerado tempo dos governos Sócrates (recordem-se as investidas verbais de Maria de Lourdes Rodrigues, de Valter Lemos e da tristemente célebre directora regional de educação do norte, Margarida Elisa, personagens que as crónicas do poeta Manuel António Pina imortalizaram).

### Toda a gente opina sobre matéria educativa...

Nos dias que correm, o ataque passadista, quase insolente, aos professores chega em primeira instância de alguns *media* – muito embora, pensando duas vezes, seja mais ou menos fácil descurtinar as sombras tutelares, políticas e económicas, que pairam sobre essas vozes de opinião fácil (até porque, em Portugal, todo e qual-

quer um se acha com competência para «opinar» sobre matéria educativa e sobre os seus agentes). Experimente-se revisitar os noticiários televisivos de Novembro e os comentadores de serviço, nomeadamente nos canais de TV assumidamente de direita – haverá quem pergunte: qual deles?, haverá algum isento? –, mas também no *Público* e nas publicações da Global Media Group (*Notícias Magazine, DN, etc.*). Revisitem-se essas vozes por ocasião da recente negociação dos sindicatos com o Governo em matéria de descongelamento das carreiras. Questão aliás a a que se soma a urgente negociação sobre questões fundamentais como a aposentação, os horários de trabalho e os concursos, mas também sobre a necessidade de um regime de gestão democrática para as escolas e sobre o combate à municipalização da Educação.

### Quase não existe contraditório

Recorrentes, pois, os ataques aos professores. Repare-se que quase não existe contraditório nem visões alternativas, mesmo vindas do interior desses *media*, nem mesmo cartas ao director com posições divergentes (e a tudo isto se dão estranhos nomes com o “imprensa livre”, “critérios editoriais”, “critérios jornalísticos”...). Tendem tais ataques, cada vez mais, a um esquematismo e um simplismo ignorantes que aspiram a fazer depender a progressão e valorização salarial dos docentes da obtenção de resultados escolares pelos alunos, como se se estivesse a falar de uma linha de montagem de seres humanos, com programável sucesso educativo, numa fábrica. Um esquematismo piorado pela ideia de que os professores apenas progredem por acumulação de tempo de serviço (como se a experiência fosse coisa pouca em pedagogia) e que não sujeitos a uma avaliação do seu trabalho. Uma ideia

falsa mas repetida até à exaustão, para se converter numa espécie de “verdade” a interiorizar pela população.

Sou professor, há mais de três décadas, de uma instituição de ensino superior público, em que se faz formação de docentes, conheço dezenas e dezenas de escolas e colegas neste país e não existem ideias mais enganadoras e insultuosas, mais susceptíveis de minar a confiança nos professores e o respeito pela profissão.

Pergunto: é isso mesmo que alguns pretendem? A quem serve este discurso de descredibilização que é também um discurso antidemocrático de questionamento da própria legitimidade da negociação colectiva? Queremos ou não queremos contribuir para mudar o clima deprimente que se viveu nas escolas portuguesas nos últimos dez anos?

Uma sociedade que não respeita os seus professores, que não os dignifica e valoriza é uma sociedade que não se respeita a si própria, à sua história e à sua cultura, nem respeita os próprios filhos. É uma sociedade que compromete o seu futuro. Ora, sendo isto inaceitável, deve ser firmemente combatido. ●

*Da intervenção na Tribuna Pública promovida pela FENPROF em 7.12.17, em Lisboa. Subtítulos da Redacção.*





### **Particular e Cooperativo** **Em defesa de um estatuto** **socioprofissional que reconheça** **direitos e deveres adequados à** **função docente**

Quem exerce funções em escolas particulares e cooperativas de ensino deve ter os direitos e os deveres adequados ao exercício da função docente; A legislação relativa aos profissionais de ensino, nomeadamente nos domínios salarial, de segurança social e assistência, deve ter em conta a prestação deste serviço de interesse público – é o que se lia no texto distribuído à população, em Vila Nova de Gaia, em frente ao Colégio dos Carvalhos, no passado dia 25 de outubro.

Na concentração, o Secretário Geral da FENPROF deixou claro que a Federação não pactuará com quaisquer tentativas de imposição de um Contrato Coletivo de Trabalho que os professores não querem adotar.

Na mensagem que foi distribuída à porta deste Colégio podia, ainda, ler-se “a situação agravou-se com os acordos, feitos de costas para os professores, entre a associação patronal do ensino privado e os sindicatos da UGT”. A revolta dos docentes do ensino particular e cooperativo sobre quem recai uma enorme pressão para aceitar a perda de direitos vertida naquele CCT, faz com que se foquem, neste momento, na defesa da reabertura do processo e no tratamento sério do problema. Não aceitam ser explorados de uma forma desumana por causa de um acordo que prejudica muito os professores, apenas servindo para aumentar o lucro do patronato e financiar aqueles sindicatos (UGT) de forma ilegítima, pois passam a receber 0,5% do vencimento de cada professor que adira a este CCT. A pressão que está a ser

feita sobre os professores chega a ponto de, em alguns colégios, o acesso ao emprego depender da aceitação daquele contrato coletivo de trabalho, e são feitas as mais variadas manobras com vista à cedência por parte de quantos, até agora, têm resistido a aderir.

### **1.º CEB** **FENPROF pediu reunião à IGEC**

Aguarda-se que a IGEC responda positivamente ao pedido de reunião que foi enviado e no qual se dizia que “A FENPROF tomou conhecimento de que vários Agrupamentos de Escolas estão de forma abusiva e ao arrepio da legislação vigente a organizar os horários dos docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico. Porque estamos preocupados com o desrespeito pelos direitos dos docentes e queremos que seja reposta a legalidade, vimos solicitar a V.Exª a realização de uma reunião no mais curto espaço de tempo possível.”

Neste sentido, a FENPROF está a proceder à recolha do maior número possível de dados concretos de horários (com indicação de Escola/Agrupamento), para levar para a reunião, logo que esta seja marcada, ou para fazer chegar a esta entidade, com as ilegalidades que estão a ser cometidas pelo país fora: vigilâncias de almoços, guarda de crianças, intervalos na componente letiva e outros na não letiva...

Essas situações anómalas devem ser enviadas, preferencialmente, com cópia do horário e indicação da(s) ilegalidade(s)/irregularidade(s) para que o dossier que fará parte deste processo seja o mais completo possível e suscite essa verificação junto das direções dos agrupamentos.

### **Educação Pré-Escolar** **Idade de Ingresso em Jardim** **de Infância**

A FENPROF tendo em conta a Lei Quadro do sector e o Despacho nº 7-B/2015 de 7 de maio, com a redação atual do Despacho normativo nº 1-B/2017 de 17 de abril, decidi expor junto da DGEstE o seu entendimento relativamente a esta matéria. Refere a FENPROF nesse ofício que “parece-nos claro que as crianças em idade de frequência da educação pré-escolar apenas o poderão fazer após perfazerem os três anos de idade.

Ora, tendo sido suscitadas dúvidas em vários agrupamentos de escola relativamente à idade mínima para ingresso na Educação Pré-Escolar, e observando-se critérios diversos relativamente a esta matéria, vimos solicitar esclarecimento acerca do entendimento jurídico da idade mínima da frequência da educação pré-escolar. ”

Exige a FENPROF, ainda, que esse esclarecimento diga, “de forma clara, que as crianças matriculadas condicionalmente que completem os três anos entre 16 de setembro

e 31 de dezembro, só poderão frequentar o jardim-de-infância após a data em que perfazem três anos”. Cabe, neste sentido, ainda, que seja esclarecido de que forma se aplica “o Seguro Escolar em situações em que uma criança que não tenha completado os 3 anos”.



### **Ensino Superior** **Governo deve respeitar** **compromissos financeiros para** **com as Instituições Públicas** **do setor**

Na cláusula 2ª dos os contratos para a legislatura que o governo firmou, em 16 de julho de 2016, com os reitores e os presidentes dos institutos politécnicos contratos, pode ler-se:

“As dotações do Orçamento do Estado para as universidades públicas a inscrever nas respetivas propostas de lei não serão inferiores às inscritas na Lei n.º 7-A/2006, de 30 de março, acrescidas dos montantes correspondentes aos aumentos de encargos salariais para a administração pública que o Governo venha a determinar, incluindo os que decorram do aumento do valor de remuneração mensal mínima garantida, e dos montantes necessários à execução de alterações legislativas com impacto financeiro que venham a ser aprovadas”.

A não entrega dos reforços orçamentais prometidos porá em causa as condições para a viabilidade financeira de várias das instituições, sendo inaceitável qualquer medida discriminatória na atribuição dos reforços devidos, seja qual for o critério que se pretenda usar, pois tal poria em causa a equidade de tratamento das várias instituições a que o governo deverá obrigar-se.

Não honrar o compromisso estabelecido seria destruir a relação de confiança entre o governo e as instituições, com graves consequências para o futuro.

As instituições do ensino superior necessitam, urgentemente, de reforços nos seus orçamentos de funcionamento, e de estabilidade e previsibilidade financeira para poderem fazer face aos desafios que enfrentam, em particular o da renovação dos seus corpos docentes e do combate à precariedade laboral. •

## Greve histórica dos professores

**FENPROF avançou para a continuação das negociações com a força que os professores transmitiram em 15 de novembro**

**A** FENPROF saudou todos os professores e educadores que no passado 15 de novembro fizeram greve dando, dessa forma, um excelente contributo para a concretização dos objetivos reivindicativos da ação em curso, desde logo, a contagem integral do tempo de serviço cumprido para efeitos de posicionamento e progressão na carreira.

Na altura, a FENPROF saudou, ainda, todos os que, estando em greve, participaram nas concentrações que se realizaram em Lisboa e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, dando expressão pública ao protesto e às justas exigências que unem os docentes e em torno das quais convergem as suas organizações sindicais.

### **Adesão na ordem dos 90 por cento**

Esta grandiosa greve dos Professores e Educadores teve uma adesão da ordem dos 90% o que a coloca no patamar mais elevado das greves até hoje realizadas no



setor. A contagem integral do tempo de serviço prestado pelos docentes, o que impõe a recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de congelamento e a consagração deste processo de recuperação na Lei do Orçamento do Estado para 2018, foram objetivos reafirmados nesse importante momento de luta em novembro, que originou o encerramento de numerosas escolas em diferentes zonas do país.

Na nota de imprensa divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF no dia da

greve, destacavam-se outras reivindicações fundamentais, como a recuperação faseada do tempo de serviço cumprido pelos docentes, tendo por referência final o ano de 2021; a garantia de reposicionamento, anterior ao descongelamento, dos docentes retidos no 1.º escalão da carreira desde 2013; o reposicionamento dos docentes retidos, desde 2010, nos 4.º e 6.º escalões e o compromisso de desenvolvimento de processos negociais relativos a horários de trabalho, aposentação e concursos. ●

## Plenários com centenas de docentes



**N**o dia em que o Ministério da Educação fez saber que a negociação sobre os concursos e a progressão aos 5.º e 7.º escalões, afinal, teria ainda uma nova ronda, em dezembro, cerca de meio milhão de professores e educadores participaram nos 21 plenários convocados pela FENPROF (6 de dezembro).

Com a negociação e a luta no centro do debate, os professores aprovaram – em quase todos os casos, por unanimidade – uma Moção que apela à luta. Desde logo, à presença na Tribuna Pública que se realizou no dia seguinte, mas também à marcação de novo Plenário para o final do ciclo negocial em curso, com o objetivo de avaliar o resultado das negociações e a “eventual aprovação de um calendário de ação e luta”.

A moção contempla posições sobre diversos aspetos que, neste ciclo negocial, estão no centro das preocupações dos docentes, tais como:

- A carreira e todo o processo de recomposição (reposicionamento, descongelamento e recuperação do tempo de serviço);
- Os concursos, insistindo na necessidade de uma revisão global do atual regime e, nesse novo quadro legal mais justo, da realização de um concurso geral de professores em 2018;
- O desgaste da profissão docente, centrando-se na necessidade de clarificação do conteúdo das diversas componentes do horário dos professores e na necessidade de aprovação de um regime específico de aposentação dos professores. ●



## Professores afastados do Congresso das Escolas Público e privado não são a mesma coisa

A FENPROF veio a terreno afirmar que é falso o unanimismo à volta desta ideia de que Público e Privado são a mesma coisa, até porque a Escola Pública faz a diferença, razão por que urge defendê-la.

**N**um documento distribuído por ocasião da realização do designado 1.º Congresso das Escolas, tanto quanto se percebeu com o apoio de Marcelo Rebelo de Sousa, a FENPROF deixou claro que não embala nessa lógica de sermos todos irmãos em Cristo e que, por isso, público e privado seriam a mesma coisa. Tratou-se de um Congresso no qual os seus promotores afirmaram querer “ultrapassar as querelas público/privado, ricos/pobres, interior/litoral”, como se estivéssemos perante querelas ou realidades que pudessem ser ignoradas ou ultrapassadas sem medidas que levem à supressão dessas segregadoras diferenças.

Como a FENPROF afirmou no Manifesto em defesa da Escola Pública, a Educação é um dos instrumentos fundamentais no combate à desigualdade, pois contribui, de modo decisivo, para a formação e a preservação de valores sociais, cívicos e culturais essenciais, e reveste-se de particular importância para a entrada e permanência das pessoas no mercado de trabalho e para o desenvolvimento da sua vida profissional e pessoal. Por esta razão, compete ao Governo mobilizar e garantir recursos necessários para que o Estado assegure Escolas Públicas com

qualidade, que permitam o acesso a todas as crianças, jovens e cidadãos em igualdade de circunstâncias, independentemente das suas condições económicas e sociais.

Opções neoliberais de governos diversos procuraram conduzir a uma escola menos pública, menos democrática, menos inclusiva, orientada para a certificação e o registo estatístico do sucesso, em detrimento do conhecimento e do saber, voltada para responder mais às necessidades dos grandes interesses económicos do que à importância da “formação integral dos cidadãos”.

Foi neste quadro que também se procurou burocratizar o exercício da profissão docente e transformar os professores e educadores em profissionais acrílicos e simples executores de tarefas, trabalhando em condições de crescente precariedade e amputados de direitos conquistados em mais de quatro décadas de regime democrático.

Isto, a par de uma campanha pública de desvalorização social da sua imagem, com consequências que são conhecidas e vão desde o aumento dos casos de indisciplina na escola à fuga, por parte dos melhores alunos, aos cursos de formação de professores.

“É aos professores que compete dar alma, dar substância ao sistema de ensino. Sem professores que se sintam dignificados e respeitados no desempenho da sua profissão não há ensino que funcione e que seja um investimento no futuro. Ora, um país que não investe no ensino público e que não investe nos seus professores, é um país que não aposta no futuro. Um país sem um sistema de ensino público sólido não tem futuro, nem crescimento económico, nem desenvolvimento social. Pode

até ser considerada uma visão romântica e antiquada, perante os que cantam hossanas à mercantilização da vida, mas sem um sistema de ensino público digno e estruturado não haverá investimento no futuro, nem aposta em ter cidadãos capazes de assegurarem o futuro” (in Público, 20/08/2016).

E foi com este enquadramento que a FENPROF lamentou que “os Professores não tenham sido envolvidos na organização, sendo a mesma da responsabilidade das associações patronais do setor e das associações de diretores de escolas e agrupamentos, o que justificará esta peregrina ideia de que público e privado é tudo a mesma coisa, bastando que haja “qualidade”, e que o debate social e político sobre a matéria não passa de uma simples querela que se pode ultrapassar”. Um esquecimento a dar relevo à ausência dos docentes no nível de decisão com o fim da gestão democrática que é necessário reconquistar.

Não pondo em causa o direito de as famílias matricularem os seus filhos em colégios privados, a FENPROF defende, contudo, que o uso desse direito, implica que “assumam o dever de suportar o custo da opção”. Diz o documento distribuído pela Federação, junto ao local em que se realizava a iniciativa que “a esmagadora maioria das famílias portuguesas” devem ter na Escola Pública “a resposta adequada, cabendo ao Orçamento do Estado garantir a resposta de qualidade que se exige”, para mais sendo essa escolha a sua primeira opção.

A Escola Pública faz mesmo a diferença porque é fator de inclusão, de igualdade de oportunidades e de qualidade para todos. Há, pois, que defendê-la. ●

# A Arte e o Desporto como elementos importantíssimos de inclusão escolar e social

ANA SIMÕES (Membro do SN da FENPROF)

No dia 2 de dezembro realizou-se, no Hotel Roma, em Lisboa, o Encontro “Inclusão Escolar e Social pela Arte e Desporto”, que reuniu 150 participantes.

**E**ste Encontro foi mais uma iniciativa, pelo quinto ano consecutivo, de projetos desenvolvidos em parceria FENPROF / CNOD, que conta com o apoio, incluindo financeiro, do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).

O principal objetivo deste projeto foi a divulgação de atividades diversas (dança, teatro, música, desporto, escrita e ilustração) realizadas em escolas públicas com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), incluídos em turmas e grupos com os demais alunos, dinamizadas por docentes do Ensino Regular das diversas disciplinas e da Educação Especial.

## 6 interessantes filmes

Neste Encontro foram visionados seis filmes de atividades sobre as diversas áreas:

- “Tod@s em cena”, dinamizado pela docente de informática Mónica Maciel do Agrupamento de Escolas Sta. Maria Maior, em Viana do Castelo, e apresentado pela docente de Educação Especial Conceição Liquito;
- “Surf é para Todos”, dinamizado e apresentado pela docente de Educação Física Márcia Nunes, do Agrupamento de Escolas Silves Sul, no distrito de Faro;
- “As histórias da Inês: criatividade escrita e ilustração”, dinamizado e apresentado pela docente de Educação Especial Isabel Félix do Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas. Nesta apresentação contámos com a presença da própria aluna e artista Inês;
- “Viver a Música”, dinamizado pelas docentes Ana Toste (docente de Educação Especial) e Antonella Bartella (docente de Música/Piano) e apresentado pela docente de Educação Especial Carla Alves da Unidade Orgânica Tomás de Borba, na Ilha Terceira, nos Açores;
- “Imaginar, Criar e Dançar”, dinamizado e apresentado pela docente de Educação e Expressão Musical e Dramática Paula



Gonçalves da EB1/EPE Visconde Caongo, no Funchal, Madeira;

- “Jogar. Aprender.”, dinamizado pelas docentes Anabela Amaral (docente de Educação Pré-Escolar) e Clara Correia (docente de Educação Especial) do Agrupamento de Escolas de Penacova.

## “Artes, Desenvolvimentos e Inclusões”

Para além do visionamento das atividades e das reflexões dos docentes que as dinamizaram, tivemos, ainda, a comunicação “Artes, Desenvolvimentos e Inclusões”, pela Profª

Graça Duarte Santos, do departamento de Psicologia da Universidade de Évora e Terapeuta pelas Artes Expressivas. Neste Encontro, a apresentação dos oradores e moderação do debate foi da responsabilidade da docente de Língua Gestual Portuguesa, cidadã surda e Presidente da AFOMOS, Alexandra Perry.

O Encontro teve a participação de cerca de 150 docentes que debateram a importância das Artes e do Desporto na Inclusão Escolar, mas também na Inclusão Social dos alunos com NEE numa sociedade que se pretende ser cada vez mais inclusiva para todos os cidadãos. ●



manuel José vasconcelos

## 2.ª Conferência Nacional dos Professores Aposentados

# Os problemas concretos num debate enriquecedor

**A**firmar direitos, valorizar pensões, dignificar a aposentação – foi este o lema da 2ª Conferência Nacional dos Professores Aposentados, realizada pela FENPROF no passado dia 21 de novembro, no Porto.

Ao longo dos trabalhos, que registaram a participação de cerca de 200 docentes aposentados oriundos de todas as regiões do país, foram aprovados vários documentos, incluindo uma expressiva moção sobre a Paz, que publicamos noutra local desta edição.

Os documentos que estiveram em debate foram previamente discutidos nas reuniões preparatórias que tiveram lugar nas semanas que antecederam a conferência e que revelaram um grande envolvimento deste encontro.

A iniciativa, realizada na Casa Diocesana de Vilar, analisou um conjunto de questões concretas que afetam o dia a dia dos professores aposentados, com destaque para o apoio na saúde e a ADSE, qualidade de vida e luta pela atualização das pensões.

Ao longo do debate e no texto de resolução destacam-se vários apontamentos de atualidade que o departamento de Aposenta-

dos da FENPROF retomou nesta conferência. Seleccionámos algumas dessas notas:

- Os aposentados/reformados continuam a ser cidadãos ativos, para quem não é indiferente o rumo da sociedade porque é nesse rumo que se define o conjunto de direitos de que não prescindem e pelos quais lutam, numa interação solidária do coletivo e do individual.

- Nas suas lutas contam com o apoio dos sindicatos em que estão integrados, participando igualmente nas reivindicações dos professores no ativo, nomeadamente na defesa de uma Escola Pública de qualidade e na dignificação da profissão docente, da qual sempre se orgulharão, independentemente, de ser exercida no setor público, particular ou cooperativo. Não se respeita a si própria a sociedade que esquece e não respeita os seus aposentados/reformados e toda a população idosa.

- Ao longo do tempo, temos aprendido que o respeito que ganhámos foi fruto das nossas lutas. Lutas, que se mantêm indispensáveis num tempo em que, apesar de se reconhecerem alguns avanços, os grandes problemas que afetam os aposentados/

reformados e, em geral, toda a sociedade portuguesa, continuam por resolver, incluindo no plano de rendimentos.

- Há uma clara determinação na luta por todas as reivindicações que foram definidas nesta 2ª Conferência.

### “Políticas de envelhecimento ativo”

Na sessão de abertura, registaram-se as intervenções da Coordenadora do SPN, Manuela Mendonça, e da Coordenadora do Departamento de Aposentados da FENPROF, Helena Gonçalves. Já na parte da tarde decorreu a conferência “Políticas de envelhecimento ativo e culturas intergeracionais”, dinamizada por Xosé Manuel Cid Fernandez, Decano da Universidade de Vigo. O encerramento da Conferência, foi da responsabilidade de Mário Nogueira. Enaltecendo o extraordinário papel que muitos dos que, hoje, estão aposentados tiveram na construção do ECD, o Secretário Geral da FENPROF deixou a promessa de que, também honrando a história da sua intervenção, a FENPROF tudo fará para impedir que esse mesmo ECD seja destruído. | JPO •



## Apontamentos

**“Foi esta Constituição da República Portuguesa**, do “nosso” 25 de Abril, a ação organizada e ainda a luta dos trabalhadores e dos reformados ao longo de sucessivas gerações, que permitiram os progressos que alicerçaram um Estado Social, que veio melhorar substancialmente o estatuto social e as condições materiais de existência dos reformados. Se não lembramos: após o 25 de Abril a generalidade dos idosos passou a ser abrangida por pensões que foram melhorando ao longo dos anos; foram consagrados direitos específicos para a população idosa; desenvolveram-se equipamentos e serviços sociais; foi construído um Serviço Nacional de Saúde assente no princípio da universalidade, com progressos auspiciosos no domínio da saúde, como o aumento da esperança de vida. Todas estas conquistas não podem regredir!  
**Helena Gonçalves, SPGL**

**“As pensões sofrem uma tripla penalização** – mais tempo de serviço, mais idade e menor valor nas pensões! Já nem falamos no caso dos professores que começaram a trabalhar depois de 1993 e que terão pensões muito mais baixas e dos que desde 2006 descontam para a Segurança Social e não para a CGA. Se não lutarmos para revogar a legislação todos estes professores terão pensões muito mais baixas do que as atuais. (...) Hoje perdem 6% por cada ano de idade em falta e cerca de 2,7% por cada ano de tempo de serviço. Além disso em 2007 “inventaram” o fator de sustentabilidade que estabeleceu uma redução que tem aumentado sempre, passando de 0,56% para 1,32% em 2009, 3,14% em 2011, 12,34% em 2014 e 13,88% em 2017!

(...)Esta descida das pensões reais é muito grave (...)

Que fazer? Continuar a lutar, hoje e já (...)  
**Isabel Melo, SPRC**

**“Desde o início desta década**, passou a haver discussão, produção de pensamento sobre o conceito de envelhecimento ativo, muito particularmente desde que a U.E. declarou 2012 como o ano do envelhecimento ativo. Muito se escreveu, debateu mas concluiu-se sempre o mesmo: para o pensamento atualmente dominante, para

a UE, o envelhecimento ativo significa essencialmente trabalhar até mais tarde. Ora envelhecimento ativo e solidariedade entre as gerações são duas faces de uma só realidade. Dado o aumento da longevidade e para que esta não recaia sobre as gerações mais jovens, a comunicação de massas e os fazedores de opinião veiculam ideias alarmantes: as sociedades estão a envelhecer, a fecundidade está em queda, as pensões estão em risco, ou seja, enfrentamos uma “bomba demográfica” e por isso a população ativa tem de suportar o “fardo” das pensões, que consomem cada vez mais riqueza, já que uma “sociedade dos mais velhos” é cada vez menos produtiva. Estas mensagens são falsas, simplistas e manipuladoras. (...) Ora, as mesmas instituições europeias que defendem o envelhecimento ativo e a solidariedade entre as gerações aplicam políticas de austeridade que destroem empregos, provocam o aumento das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão, promovem o individualismo em nome dos mercados, impõem o aumento da idade legal da reforma e o retrocesso, atacam as pensões e não dignificam os trabalhadores mais velhos, como se faz no recente Livro Branco, publicado em Março deste ano em Bruxelas.”

**Isabel Lemos, SPRC (dirigente da Inter-Reformados – CGTP-IN)**

**“Uma Segurança Social universal** e assente no princípio da solidariedade entre gerações, (...) pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas, pressupõe que a riqueza produzida tem que ser distribuída pelo salário direto e indireto (as pensões). Pressupõe que os detentores do capital têm que pagar impostos para assegurar as funções sociais do Estado, tal como nós trabalhadores, e pressupõe que o Patronato tem que efetuar os descontos para a Segurança social, tal como nós os efetuamos.(...) O trabalho desregulamentado, a fuga de capitais, as privatizações e isenções fiscais, a renda por juros de dívidas que não contrainos – eis os ingredientes que todos conhecemos e que os servidores do sistema procuram encobrir, para teorizar que a diminuição do orçamento dos sistemas de aposentação é uma inevitabilidade, que o dinheiro não chega para tudo. “

**Carmelinda Pereira, SPGL**

**“As sociedades contemporâneas** conhecem novas realidades e têm de organizar-se por forma a acomodarem essas realidades novas. Claro está que a velhice não é sedutora, não tem o valor social da juventude.

E Portugal, como que de repente, viu-se um país com muitos velhos e poucos jovens.

(...) Este envelhecimento, que também caracteriza a população europeia e até a mundial, teve um ritmo marcadamente acelerado em Portugal, sobretudo a partir da década de oitenta do século passado, ajudado pela rapidez com que baixaram os níveis de mortalidade e de fecundidade.

Veja-se: de 1960 para cá (2012), o número de jovens diminuiu um milhão (passaram de 29% da população para 15%) e o número de idosos aumentou 1,3 milhões (eram 8% da população e passaram para 19%). O grupo dos 80 e mais anos tem vindo a reforçar o seu peso estatístico.”

**Lurdes Silva, SPGL**

**“No último ponto da resolução** desta nossa conferência refere-se a necessidade do Departamento de Aposentados da FEN-PROF prosseguir e aprofundar o trabalho desenvolvido pelos diversos sindicatos nos domínios da formação, da cultura e do lazer dos associados.

(...) Há, contudo, a necessidade de avaliarmos continuamente o trabalho, para conseguirmos, por exemplo, aumentar o número de sócios que, ao aposentarem-se, permaneçam como sócios e para que, efetivamente, também aumente a participação nas ações de luta. Por isso estes momentos de reflexão conjunta são necessários como contributo para melhorarmos o trabalho de todos.

(...) Os Aposentados não se alheiam do que se passa à sua volta. Procuram ser intervenientes na construção de uma sociedade mais justa e solidária.”

**Bráulio Martins/Margarida Lopes, dirigentes do SPGL**

**“Ponhamos de lado os mais de 7 mil milhões de euros (M€)** referentes aos juros da dívida pública, e centremo-nos no que é da estrita responsabilidade do Governo. Segundo o Público, do passado dia 3 de Outubro (...) “O Estado deu quase 2500 milhões em benefícios fiscais em 2016, valor que representa um aumento de 600 milhões de euros face a



2015. A EDP (com 35,8 milhões de euros) é a empresa que mais beneficiou desta receita de que o Estado abdicou.”

Andam aqui a mendigar meia dúzia de tostões e depois esbanjam milhões e milhões para os bolsos dos capitalistas...”

(...) A verba orçamentada de 850 M€ para o Fundo de Resolução dos bancos – a qual, diz ainda a CGTP, “deveria ser canalizada para o investimento público, e esta despesa ser suportada pelos acionistas dessas instituições financeiras”. Então, “o dinheiro não chega” ou, pelo contrário, há dois pesos e duas medidas na sua distribuição?

Será que os direitos dos banqueiros ou dos especuladores das parcerias público-privadas são superiores aos dos outros cidadãos portugueses – tanto os que são trabalhadores no ativo como os que estão já aposentados como nós?

A Constituição da República portuguesa diz exatamente o contrário!

(...) segundo o Instituto Nacional de Estatística, a repartição primária do rendimento entre o Trabalho e o Capital em Portugal é cada vez mais desfavorável ao Trabalho. Em 2008, os “Ordenados e salários” representavam 36,6% do PIB e, em 2016, (...) apenas 34,2%, enquanto a parte apropriada pelo Patronato, aumentou, no mesmo período, de 40,6% para 42,8% do PIB (1).

Note-se que, em 1970, os “Ordenados e salários” representavam 49% do PIB, tendo atingido o máximo de 59% em 1975! A partir daí tem havido uma descida (...) está quase em metade do valor dessa época. É claro que tanto o montante atual das nossas pensões

como das pensões dos futuros aposentados tem igualmente sofrido esta degradação.

**Joaquim Pagarete, SPGL**

### “Portugal, com a elaboração do documento que define uma Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025, deu um passo significativo para o desenvolvimento de políticas transversais e estratégias de atuação multidisciplinares que, caso venham a ser adotadas e implementadas pelos Governos, aproveitarão, em muito, o potencial dos idosos para o desenvolvimento futuro do nosso país.

Um país dos mais envelhecidos da Europa, que de 1970 até hoje mais que duplicou o número de idosos, passando de um milhão a mais de dois milhões, tendo o número de pessoas com mais de 80 anos aumentado cinco vezes, ultrapassando já os 600 mil e onde o isolamento dos idosos, a viverem sozinhos, é superior a 50%.

(...) defende a valorização e respeito pela população reformada e idosa; destaca o valor social e económico da solidariedade intergeracional na família e na comunidade; incentiva o envelhecimento em contextos de proximidade sócio-familiar; propõe o alargamento de redes de prestação de cuidados no domicílio e em ambulatório; aponta para o desenvolvimento de sistemas tecnológicos de telemonitorização e telealarme; defende a criação de ambientes físicos e sociais potenciadores da integração, proteção e participação das pessoas idosas; denuncia vulnerabilidades por discriminação e por negligência; realça a importância da inves-

tigação, da formação e da capacitação dos profissionais de saúde, famílias e cuidadores; propõe a criação de um Plano Individual de Cuidados como instrumento de prevenção; defende a readequação do Sistema de Saúde ao nível dos cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares e cuidados continuados integrados, etc. etc.”

**Armando Dutra, SPRA**

“Quanta simplicidade parecem manifestar as palavras do sujeito, direitos, pensões, aposentação.

Sim, porque está inerente à condição do ser humano, o merecido repouso, no culminar da labuta voluntariamente assumida, com os direitos que cada situação contempla.

Contudo, é imperioso afirmar que a pessoa não deixa de existir, porque cessa o seu estatuto de trabalhador.”

**Helena Lima, SPM**

### “Um conjunto de medidas tomadas pelo governo foram ao encontro das reivindicações dos trabalhadores e de uma maior justiça social como a reposição dos salários a trabalhadores da função pública, o fim da CES para a maioria dos aposentados, a reposição dos feriados suprimidos em 2012, a redução até 50% da sobretaxa do IRS e eliminação total para rendimentos mensais até 505€, a melhoria das prestações sociais, a redução do valor de taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde, ... Medidas de justiça social que saudamos sem esquecermos a importância das lutas desenvolvidas em convergência pelos trabalhadores no ativo e aposentados/reformados no âmbito do Movimento Sindical Unitário (MSU).

(...) Regista-se como positiva a eleição para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE de três membros da lista apoiada pela FENPROF, o que reforça a posição dos que defendem uma ADSE pública e ao serviço dos trabalhadores. Saúda-se a eleição, como membro efetivo, de um representante da FENPROF fundamental para a salvaguarda dos interesses dos docentes no referido órgão.

(...) O Departamento de Aposentados da FENPROF continuará a cumprir o papel de unir os docentes aposentados e de organizar a sua luta, em articulação com todo o MSU, pela defesa das suas justas reivindicações, dando sentido a uma intervenção cívica e política de cidadãos de plenos direitos.”

**Graça Pedrosa, SPRC •**





## Luta dos aposentados em revista

O que aconteceu de mais relevante no 1.º período deste ano letivo...

**19.setembro** – “beneficiários da ADSE elegeram os seus representantes (4) para o Conselho Geral e de Supervisão. A Lista G, apoiada pelos sindicatos da Frente Comum da Administração Pública, elegeu 3 representantes, sendo um deles António Nabarrete, indicado pela FENPROF fundamental para a salvaguarda dos interesses dos docentes.

**01.outubro** – realizaram-se as eleições para os Órgãos Autárquicos 2017/2021.

**03.outubro** – Conselho Geral e de Supervisão da ADSE elegeu João Proença para presidente, apesar deste pertencer à lista E, minoritária – 3136 votos (a lista G obteve 8 315 votos).

**04.outubro** – FENPROF assinalou o Dia Mundial do Professor com a realização de um Plenário Nacional de Professores e Educadores, em Lisboa, em que o Departamento de Professores Aposentados também participou.

**06.outubro** – foi publicado o Decreto-Lei 126-B/2017 que altera o regime do acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações com muito longas carreiras contributivas, que em determinadas condições passam a ter direito à antecipação da pensão sem qualquer penalização.

**20.outubro** – iniciou-se o debate da proposta de Resolução/Caderno Reivindicativo - Afirmar direitos, reforçar a organização, lutar por um futuro melhor - a ser aprovado na 2ª Conferência Nacional de Professores Aposentados, bem como a eleição dos delegados.

**21.novembro** – realizou-se a 2ª Conferência de Professores Aposentados, promovida pela FENPROF, no Porto, com o lema “Afirmar Direitos | Valorizar Pensões | Dignificar a Aposentação”. Participaram 200 delegados, dos quais 150 foram eleitos

**04.dezembro** – a CGTP-IN, na sequência do anúncio do Governo sobre o limite da idade de reforma, em 2019, que será de 66 anos e 5 meses, tornou pública, mais uma vez, a sua posição, quanto à necessidade de se acabar com o fator de sustentabilidade que reduz substancialmente o valor da pensão de reforma. ●

## Acabar com o fator de sustentabilidade que reduz a pensão

A CGTP-IN criticou e recusou desde o início a criação e aplicação do fator de sustentabilidade, na medida em que veio determinar uma redução muito significativa no valor de todas as pensões e uma quebra progressiva na respetiva taxa de substituição, que se vai acentuando cada vez mais à medida que a esperança média de vida aumenta, implicando uma contínua degradação da qualidade de vida e o empobrecimento gradual de sucessivas gerações de reformados.

Este regime das pensões foi ainda substancialmente agravado pelo Governo PSD/CDS-PP, através do aprofundamento dos efeitos do fator de sustentabilidade no valor das pensões, mediante a alteração do ano de referência para o respetivo cálculo de 2006 para 2000, bem como através do aumento da idade normal de acesso à pensão de velhice, que deixou de ser uma idade fixa, para passar a variar anualmente em função da evolução da esperança média de vida.

A partir desta alteração, todas as pensões requeridas antes da idade normal de acesso à pensão legalmente fixada em cada momento passaram a ser consideradas como pensões antecipadas e, como tal, substancialmente reduzidas pela aplicação de uma dupla penalização: o fator de sustentabilidade (atualmente 13,88%) e um fator de redução que tem em conta o nº de meses de antecipação relativamente à idade legal de acesso à pensão (0,5% ao mês).

**Reivindicações imediatas aprovadas na 2ª Conferência dos Professores Aposentados (FENPROF) relativas a esta questão:**

- A anulação da lei que aplica o fator de sustentabilidade aos aposentados/reformados por incapacidade quando atingem os 65 anos e correção das pensões que foram alteradas em função desta lei.

- A revogação do fator de sustentabilidade, cuja aplicação está a conduzir a uma inaceitável e progressiva redução do valor das pensões a atribuir, bem como, da integração da idade no cálculo das pensões e recalculo das pensões que tiveram a aplicação do fator de sustentabilidade. ●



## É preciso travar a desresponsabilização do Estado-Patrão

A ADSE nasceu em 1963 como uma primeira cobertura de saúde para os funcionários públicos, representando ao mesmo tempo o papel de complemento salarial.

**ANTÓNIO NABARRETE** (Membro do CN da FENPROF, eleito para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE)

**A**liás, só em 1979 foi criado o primeiro desconto, de 0,5%, a aplicar nos vencimentos dos funcionários e agentes da administração pública central, regional e local, ficando isentos os aposentados.

Daí para cá a ADSE sofreu muitas alterações, mas manteve-se, até agora, como um organismo situado no âmbito das relações laborais do Estado com os seus trabalhadores. A própria comissão nomeada pelo atual governo para a “Reforma da ADSE”, salienta no seu relatório que na “apreciação do papel da ADSE, [...] considera, maioritariamente, que a revisão do modelo institucional, estatutário e financeiro da ADSE tem de ser enquadrado como sendo parte das relações laborais do Estado com os seus trabalhadores, e não como um problema de organização do sistema de saúde português”. O próprio Tribunal de Contas, no seu último Relatório de Auditoria, defende a autonomia administrativo-financeira da ADSE, a sua manutenção na Administração Pública e a participação dos quotizados na sua governação.

Deste modo, a ADSE, cujo modelo de funcionamento assenta no apoio na doença aos trabalhadores e aposentados da Função

Pública, assim como aos filhos destes (por um certo período e em condições bem definidas) e aos cônjuges sem rendimento e sem qualquer outro sistema complementar de saúde, deve continuar a basear-se na solidariedade interprofissional e intergeracional que constitui, a par da sua ligação ao Estado como entidade patronal com responsabilidades sociais indiscutíveis perante os seus trabalhadores, a sua matriz mais profunda.

Acresce a isto que a ADSE nunca ofereceu diretamente cuidados de saúde aos seus beneficiários, através de hospitais próprios, por exemplo, e assim deve continuar apesar das pressões existentes para a compra de um hospital que está a atravessar graves dificuldades financeiras.

### A ameaça da “mutualização progressiva”

A ADSE não põe em causa o SNS, muito pelo contrário. Os mais de um milhão e duzentos mil beneficiários da ADSE, que para ele contribuem como quaisquer outros cidadãos, funcionam, isso sim, como uma das mais eficazes válvulas de escape para um SNS com cada vez menos capacidade de resposta adequada à maioria dos portugueses.

Em resultado da falta de investimento, principalmente na última década, o SNS já entrega anualmente aos privados mais de 3.900 milhões de euros, uma verba absolutamente astronómica que significa que a sua privatização, que todos temos o dever de impedir, está em marcha acelerada violando grosseiramente a Constituição da República Portuguesa. Já se tornou um (mau) hábito, e não só no seio da comunicação social, usar indistintamente a expressão Serviço Nacional de Saúde ou Sistema Nacional de Saúde (que inclui os privados) seguindo a velha máxima neoliberal de que não interessa quem disponibiliza os serviços desde que eles sejam garantidos. Todos sabemos como acabam essas garantias!

Deste modo, a ADSE deve ser bem gerida e fiscalizada, com a participação dos beneficiários. Não deve entrar em negócios de compra de unidades hospitalares que, para além do perigo que acarretam para a sua sustentabilidade tornarão desigual (no todo nacional) a oferta de serviços de saúde. Deve voltar a ter a participação financeira do Estado uma vez que este é o maior patrão do país com acrescidas responsabilidades sociais perante os seus trabalhadores, os seus familiares e os aposentados.

Mas, sejamos claros. O actual modelo transitório da ADSE, sob a forma de Instituto Público de Gestão Participada, com uma tutela dupla repartida entre as Finanças e a Saúde, não se prolongará muito no tempo a não ser que façamos alguma coisa por isso no plano político. Não porque seja a solução mais eficaz mas porque, apesar de tudo, mantém alguma responsabilização do Estado e a presença dos beneficiários na sua gestão, ainda que de forma muito mitigada.

Senão vejamos. Enquanto o programa eleitoral do PCP de 2015 não faz qualquer referência à ADSE, como se um serviço complementar de saúde que já abrangeu quase 1,5 milhões de beneficiários, e que aumentou o desconto dos seus titulares de 1,5% para 3,5% durante o período da Troika, não tivesse importância nenhuma, o Bloco de Esquerda, pelo seu lado, faz uma única referência à ADSE no seu manifesto eleitoral de 2015 e é pela negativa. Postula, na página 25 desse manifesto, que o plano dos grupos económicos e da direita consiste em transformar o SNS numa “super ADSE”, e que a inclusão desta “no Ministério da Saúde é um passo nessa direcção”. Já o PSD e o CDS, no programa eleitoral de 2015, página 42, pretendem “reconfigurar o modelo de governação da ADSE, atribuindo-lhe crescente autonomia, alargando o seu âmbito a outros trabalhadores, designadamente aos em regime de contrato individual de trabalho na Administração Pública, com regras que preservem a sua sustentabilidade.” Todos sabemos que a crescente autonomia significa desresponsabilização do Estado nesta

“

**A ADSE deve continuar a basear-se na solidariedade interprofissional e intergeracional o que constitui, a par da sua ligação ao Estado como entidade patronal com responsabilidades sociais indiscutíveis perante os seus trabalhadores, a sua matriz mais profunda.**

matéria. Quanto ao PS, que está no governo, postulou no seu programa eleitoral de 2015, página 44, que a ADSE deve caminhar para a mutualização progressiva, “abrindo a sua gestão a representantes legitimamente designados pelos seus beneficiários, pensionistas e familiares”. Esta orientação foi transcrita na íntegra para o programa de governo do PS da presente legislatura.

Não ignoramos o que tem sido o mutualismo em Portugal, cujo exemplo de captura por interesses espúrios nos tem saltado à vista com o caso do Montepio. Mas, mais importante do que isso, é a evidência de que quer o PS, quer o PSD/CDS, consideram que o Estado não deve ter qualquer responsabilidade social neste campo da saúde relativamente aos seus trabalhadores e que o PCP e o Bloco de Esquerda fazem tábua rasa da ADSE. Este último servindo-se dela como exemplo negativo.

#### **Por uma ADSE pública e sustentável**

Com este enquadramento, devemos pugnar por uma ADSE pública e sustentável, obrigando o Estado a cumprir a suas obrigações sociais perante os seus trabalhadores, aposentados e familiares, tendo em vista permitir baixar, faseadamente, o nível brutal de desconto de 3,5% para o que existia no período antes da Troika.

Temos de pugnar por uma ADSE que abranja todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo laboral, sem diferenciação de direitos e deveres.

Temos de pugnar por uma ADSE bem gerida, que não seja capturada por interesses financeiros dos grandes grupos económicos da saúde ou caia na mão das seguradoras.

É isso que fazem os três eleitos, pelos beneficiários, da Lista G no Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, entre os quais me incluo.

É isso que todos temos de fazer no plano político! •

Nota: O autor não usa o Novo Acordo Ortográfico



## **Contrato Coletivo de Trabalho celebrado entre a CNIS e a FENPROF publicado em BTE**

**O** novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) das IPSS, celebrado entre a CNIS e a FENPROF e outros, foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 39, de 22/10/2017.

O presente CCT entrou em vigor cinco dias após a sua publicação e terá uma vigência mínima de dois anos, sem prejuízo das tabelas salariais que retroagem a 1 de julho de 2017 e serão revistas anualmente.

Ao fim de quase dois anos de negociações, foi finalmente possível chegar a um acordo de revisão do contrato coletivo de trabalho que garante uma carreira docente sem congelamentos e reformula toda a progressão na carreira docente (no âmbito das IPSS), de modo a responder às pretensões dos docentes.

#### **Melhorias significativas**

Assim, o novo Contrato Coletivo de Trabalho prevê o seguinte:

- Aumento da duração da carreira docente para os 29 anos, com um novo valor de remuneração para o topo da carreira de 2559 euros;
- Introdução de dois novos escalões intermédios: um aos 26 e 27 anos, com uma remuneração de 2100 euros, e outro aos 28 anos de serviço, com 2300 euros de remuneração;
- Fim da remuneração de 840 euros na entrada na carreira, que sobe para os 993 euros;
- Os escalões 8 e 7, da atual tabela, passam a ter a mesma duração de 4 anos, permitindo ganhar um ano na progressão para o escalão seguinte;

- Aumento de 0,5% em toda a tabela salarial, com efeitos retroativos a 1 de julho de 2017;

- Retribuição pelo exercício de funções de direção pedagógica ou coordenação técnica, conforme o número de salas a coordenar, variando os valores entre 80 e 160 euros;

- A nova carreira, agora acordada com a FENPROF e publicada em BTE, entra em vigor à data da vigência do CCT;

- A manutenção de retribuições mais elevadas já praticadas relativamente aos docentes abrangidos pelo CCT de 22/03/2009.

Importa ainda referir que só no que respeita às matérias omissas no CCT é que se aplicam as normas do Código de Trabalho.

Caso algum/a docente seja prejudicado/a na sequência da aplicação deste CCT, deverá, de imediato, contactar o respetivo Sindicato. •

“

**Como destaca a FENPROF, só o empenho de todos garantirá o cumprimento efetivo do Contrato Coletivo de Trabalho nos termos negociados, bem como a defesa dos nossos direitos.**



## Professores da RA Madeira A força que nos move

JACKELINE ORFÃO VIEIRA  
(Membro da Direção do SPM)

**S**e tivéssemos de elaborar um retrato dos docentes da RAM, ao longo deste primeiro período, iríamos deparar-nos com uma paisagem humana em que profissionalismo e o empenho dos docentes contrasta com a forma como são tratados pelos diferentes organismos tutelares e também pela própria sociedade, o que lhes tem causado um grande desgaste físico e psicológico, condição que se tem vindo a agravar nos últimos tempos, como resultado de medidas cada vez mais penalizadoras.

Como chegamos até aqui? Poderíamos enumerar um número conjunto interminável de razões, mas todas elas se resumem à implementação de medidas que levaram à desvalorização dos professores e educadores.

Destaquemos, como resultado mais visível e preocupante, o envelhecimento da classe docente, decorrente do aumento da idade para a aposentação, sabendo-se que as consequências desta situação vão mais além, do óbvio cansaço, pois é um dos entraves a juntar ao travão imposto aos jovens professores e educadores que que-

rem aceder à carreira docente, mas ou são lançados para uma constante precariedade ou são “varridos” para fora do sistema como indesejáveis, numa fase em que trariam para o ensino a sua força e a sua paixão ainda intocada pelo desânimo e que, a par da experiência dos mais “velhos”, traria à nossa escola um novo fôlego.

No entanto, não ficamos por aqui, a sobrecarga letiva, a indisciplina, o excesso de tarefas burocráticas atribuídas aos docentes e as constantes respostas que têm de ser dadas aos problemas sociais que chegam às escolas, sem meios para as operacionalizar, têm obrigado os professores da RAM a um esforço hercúleo para manter viva a sua paixão e a sua determinação em oferecer aos alunos uma educação de qualidade.

Assim, quando a retribuição dada pelo Governo à dedicação destes profissionais foi a discriminação descarada em relação à restante função pública deitando para o lixo os nove anos quatro meses e dois dias, a resposta não se fez esperar e os docentes saíram à rua, em 27 de outubro, numa grande greve e uma manifestação bastante participada, e em 15 de novembro, numa greve e manifestação históricas, unindo vontades e fazendo ouvir a sua voz.

Seguiu-se a entrega de duas petições, com mais de 2000 assinaturas cada, no Governo Regional, na Assembleia Legislativa Regional e na Secretaria da Educação: uma pela recuperação do tempo de serviço e

uma outra pela aplicação das reduções por idade e tempo de serviço aos docentes do 1.º ciclo e do pré-escolar.

A luta valeu a pena, conseguimos a garantia de que todo o tempo congelado será recuperado para progressão na carreira, num espaço de tempo que não ultrapassará os 5 anos, estando a negociação com a SRE, para acertar os termos concretos dessa recuperação marcada para janeiro. No entanto temos consciência que em 2018 esta será uma negociação difícil, mas outras, igualmente duras nos esperam.

### Continuar a luta

A nível regional, desde logo, o diploma dos concursos, onde o combate à precariedade tem de ter uma clara expressão, incluindo o comprometimento com a aplicação da diretiva europeia e a redução do número de contratos para vinculação, pelo menos para 3 anos.

Mas urge também continuar a luta para que a tutela não adie a aplicação das reduções por idade a todos os docentes, para que defina de uma vez por todas que as horas letivas são todas aquelas em que trabalhamos com alunos, e que crie as condições para que os docentes possam exercer a sua profissão com a dignidade que merecem, pois são o motor que alimenta a nossa sociedade. Se tal não acontecer, iremos novamente para a rua, manifestar a nossa indignação e exigir respeito. Não deixaremos esmorecer a força que nos move. ●

SPRA promove plenários de docentes

## A palavra aos docentes!

## O que ganhamos nas negociações?

## O que exigimos?



**T**al como foi anunciado no passado dia 21 de novembro, após a reunião do SPRA com o Presidente do Governo Regional dos Açores, solicitada por esta estrutura sindical, e marcada na sequência da entrega do abaixo assinado que exigia a abertura de um processo negocial na Região de forma autónoma das negociações que ocorrem no plano nacional, e face à indisponibilidade do Presidente do Governo Regional para uma negociação regional, o SPRA convocou plenários de docentes em todas as ilhas.

Nestes plenários, que ocorrerão no mês de janeiro, serão analisados os desenvolvimentos decorrentes das lutas travadas, nomeadamente da greve nacional de 15 de novembro e do processo negocial nacional que com ela foi iniciado, considerando o compromisso assumido publicamente pelo Presidente do Governo Regional de aplicar na Região tudo o que for conseguido no plano nacional e de analisar eventuais problemas resultantes da aplicação direta das normas nacionais aos docentes nos Açores.

### Tempo de resolver problemas

Serão também decididas formas de luta (nacionais e/ou regionais) que permitam dar expressão e sentido à campanha 2017/2018: Tempo de resolver problemas, que o Sindicato dos Professores da Região Açores está a promover, como sindical membro da FENPROF.

Estes plenários iniciam-se no dia 12 de janeiro, em Ponta Delgada, após as reuniões de negociação de dia 15 de dezembro (sobre a recuperação do tempo de serviço

**janeiro**

# PLENÁRIOS

Marca na tua agenda!

*pela Profissão*

**Assuntos**

- 1. Negociações sobre aspetos da carreira**
  - Descongelamento
  - Recuperação do tempo congelado
- 2. Condições de Trabalho**

Horários:

  - Pré-Escolar e 1.º CEB
  - 2.º e 3.º CEB / Sec.

**Dia 12: S. Miguel**  
**Dia 15: Sta. Maria | S. Jorge | Pico**  
**Dia 16: Faial**  
**Dia 17: Graciosa**  
**Dia 19: Terceira**  
**Dia 22: Flores | Dia 23: Corvo**

sindicato dos professores da região açores FENPROF

Faltas ao abrigo da Lei Sindical ABERTO A TODOS OS DOCENTES

congelado para efeitos de progressão na carreira) e de dia 10 de janeiro (sobre o reposicionamento dos docentes que entraram para os quadros desde 2011 e que por isso ficaram retidos no 1.º escalão). Desta forma, nesta fase, já estarão claros os contornos

do que já terá sido conseguido nesta luta pelos docentes, e, portanto, haverá maior facilidade em decidir que caminho queremos seguir na defesa da Profissão Docente. | A Direção do SPRA •



**Resolução aprovada na Manifestação Nacional promovida pela CGTP-IN**

## “É preciso uma reposição mais consistente de rendimentos e direitos”

**É** tempo de colocar os direitos fundamentais dos trabalhadores e do povo, assim como o interesse estratégico do desenvolvimento do país acima dos ditames da União Europeia e dos seus instrumentos, da obsessão pela redução do défice e do pagamento de uma dívida que é insustentável, sublinha a resolução aprovada na manifestação nacional do passado dia 18 de novembro. Ao referir que a CGTP-IN valoriza todos os avanços obtidos em vários domínios, com medidas de recuperação de rendimentos e direitos, os novos passos positivos que são dados no Orçamento de Estado (OE) para 2018 e a consolidação das medidas em favor dos trabalhadores adotadas nos últimos 2 anos, a resolução deixa um primeiro alerta:

“Continua longe de ser dada a resposta necessária a décadas de política de direita e ao aprofundamento da exploração e empobrecimento executados pelo Governo do PSD/CDS, numa situação em que o Governo do PS não esconde os seus compromissos com o grande capital e a sua submissão ao Tratado Orçamental, ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, a outros instrumentos da União Europeia, e aos constrangimentos do euro.”

Para a CGTP-IN, o OE 2018 deve ir muito mais longe na política fiscal, nas pensões e proteção social, nos serviços públicos e Funções Sociais do Estado, nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde, Escola Pública, Justiça e Poder Local Democrático.

“É preciso uma reposição mais consistente de rendimentos e direitos e a implementação de medidas que rompam com décadas de política de direita, que cristalizou um modelo económico assente em baixos salários, na precariedade dos vínculos laborais e no ataque aos direitos no trabalho”, destaca a tomada de posição aprovada nos Restauradores por milhares de participantes na manifestação nacional convocada pela Inter.

### **Pela estabilidade do emprego**

Da resolução, selecionamos ainda três preocupações que continuam a marcar a ação do movimento sindical unitário:

- É tempo de combater eficazmente a precariedade dos vínculos laborais e efetivar a norma constitucional da segurança no emprego, aplicando o princípio de que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo efetivo, seja na Administração Pública, no Sector Público Empresarial ou no Sector Privado.

- É urgente que o Governo revogue as normas gravosas da legislação laboral, a caducidade das convenções coletivas e cumpra o princípio constitucional de negociação e contratação coletiva.

- É necessária uma política que assegure a estabilidade no emprego e respeite os direitos dos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Público Empresarial, designadamente o direito de negociação coletiva, a valorização e atualização anual dos salários e outros rendimentos, e a progressão nas carreiras profissionais.

### **Professores de “alma e coração” nesta luta fundamental...**

Milhares de professores, oriundos de diferentes regiões do país, estiveram, na jornada de 18 de novembro. Esta presença combativa dos docentes no grande desfile entre o Marquês de Pombal e os Restauradores mostrou, uma vez mais, que estão de “alma e coração” numa luta:

- Pela valorização dos salários: na administração pública não há atualização salarial há mais de 9 anos, sendo, por isso, da mais elementar justiça que, num quadro de crescimento económico e de progresso, os trabalhadores recebam a sua parte do crescimento económico e do aumento da produtividade;

- Pelo emprego com direitos: no setor da Educação estas são questões que se colocam com uma enorme premência e urgência, tendo em conta o aumento progressivo do horário de trabalho, o agravamento das condições de trabalho traduzidas não só pela indefinição de funções letivas e não letivas, mas também pelo agravamento do número de alunos por turma, a falta de apoios a alunos com necessidades educativas especiais ou o elevado número de níveis de aprendizagem por professor, entre outros aspetos;

- Contra a precariedade: como é publicamente reconhecido, nem o PREVPAP (\*) integra os docentes do ensino não superior, nem os mecanismos legais existentes para a vinculação de docentes são adequados às necessidades permanentes efetivas das escolas e do sistema educativo, impondo-se que a cada necessidade permanente corresponda um vínculo permanente;

- Por uma carreira que valorize o trabalho e os docentes: para os professores portugueses esta é a principal razão do seu descontentamento, estando envolvidos em processos de luta e exigência do direito a carreiras valorizadas em todo o sistema educativo e de investigação; pela negociação de um regime de aposentação específica que reconheça a necessidade de rejuvenescimento dos quadros de pessoal docente; pelo direito ao reconhecimento dos seus percursos profissionais, garantindo a contagem integral de todo o tempo de serviço para efeitos de descongelamento e progres-

são nas carreiras; pelo desagravamento dos horários de trabalho e pela definição clara de componente letiva e não letiva como forma de combater o elevado desgaste que decorre do exercício continuado da profissão; pelo controlo e combate ao abuso nos horários de trabalho e na desvalorização salarial que existe hoje no ensino superior. | JPO •

\* Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública

## Reduzir a (má) despesa pública? CGTP-IN está de acordo e aponta caminhos...

Os trabalhadores exigem que se renegocie a dívida pública, nos seus prazos, montantes e juros, e se rompa com o pesado fardo das regras e imposições da União Europeia que são insustentáveis. O Orçamento do Estado drena milhares de milhões de euros só para pagar juros e comissões de uma dívida quem em parte é ilegítima e insustentável. Para alimentar agiotas, passamos de um saldo positivo de mais de 5 mil milhões de euros para um défice próximo dos 2 mil milhões.

Que não se avance com novas PPP e se revejam os contratos que nos colocam a desembolsar mais de 1,7 mil milhões para garantir taxas de rentabilidade usurárias aos grandes grupos económicos, que são parceiros privados quando o negócio dá lucro e parceiros do Estado quando os lucros têm de ser garantidos pelo Orçamento.

Que se trave a saída de dinheiro e mais dinheiro, que faz dos grandes grupos e das grandes empresas, instituições subsídio-dependentes do erário público, com milhões e mais milhões para garantir rendas e pagar investimentos que no essencial apenas garantem benefícios aos acionistas, mas também para pagar os devaneios e a gestão danosa, como é o caso dos 850 milhões previstos neste Orçamento para continuar a acudir ao sector financeiro. Estas são três áreas para reduzir a má despesa pública a que se poderiam juntar os SWAP's, a contratação externa de advogados e outros "especialistas" para fazer o que os trabalhadores da Administração Pública sabem fazer melhor e com custos inferiores. •

Da intervenção de Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN, na manifestação de 18 de novembro em Lisboa



## Plenário Nacional de Sindicatos no próximo dia 12 de janeiro

A CGTP-IN decidiu marcar "um grande plenário nacional de sindicatos" para o dia 12 de janeiro de 2018, onde as posições desta Central sindical serão discutidas entre "centenas de dirigentes e delegados sindicais", com vista à "dinamização da ação" sobretudo nos locais de trabalho. Na resolução aprovada, apela-se a que as organizações sindicais "intensifiquem a luta pelas reivindicações dos trabalhadores", entre as quais o aumento dos salários

em pelo menos 4% e a fixação do salário mínimo em 600 euros a partir de 1 de janeiro e, ainda, "a revogação das normas gravosas" da legislação laboral, nomeadamente a reposição das anteriores regras do despedimento e das indemnizações, e que o Governo "passe da teoria à prática" no combate à precariedade. "2018 vai ser determinante" para que o Governo dê resposta às reivindicações dos trabalhadores, caso contrário, a luta irá intensificar-se. •

## “Valorizar o Trabalho para um Portugal com futuro”

**A redinamização da Campanha de Direitos “Valorizar o Trabalho para um Portugal com futuro”, é uma das apostas da CGTP-IN para 2018.**

Trata-se de uma preocupação muito sentida por todo o movimento sindical unitário.

A Central tem chamado a atenção para um conjunto de matérias, relacionadas direta ou indiretamente com aquela preocupação.

Um exemplo é o respeito pelo direito de negociação, com responsabilidade e espírito de diálogo, na Administração Pública, a exigência da atualização anual dos salários e o descongelamento das progressões nas carreiras profissionais e a aplicação do seu efeito remuneratório, tema em foco nesta edição do JF.

O aumento do poder de compra das pensões e a reposição da idade legal de reforma aos 65 anos, a revogação do fator

de sustentabilidade e a valorização das longas carreiras contributivas para garantir o acesso à pensão de velhice, sem penalizações, aos trabalhadores com pelo menos 40 anos de contribuições - esta é outra das matérias que o movimento sindical encara com grande determinação no arranque do novo ano de 2018.

**Dois destaques ainda na agenda sindical:**

- A melhoria da proteção social no desemprego, nomeadamente o aumento do tempo de atribuição e a garantia da aplicação do subsídio social de desemprego aos desempregados sem apoios sociais;

- O reforço e melhoria do acesso aos serviços públicos/funções sociais do Estado, que garantam a universalidade, designadamente no Serviço Nacional de Saúde, Escola Pública, Segurança Social, Justiça e Poder Local Democrático. | JPO •



## Precariedade

# CGTP-IN: feito o diagnóstico, exigem-se respostas para promover o emprego com direitos

O Governo apresentou na Concertação Social, no passado dia 10 de novembro, um documento sobre o impacto da precariedade nas relações de trabalho no nosso país. A CGTP-IN regista o facto de o Governo fazer um diagnóstico correto sobre o desequilíbrio das relações laborais em desfavor dos trabalhadores, mas não aceita que a conclusão do documento aponte para perguntas quando se exige respostas urgentes a um problema que degrada a qualidade do emprego, instabiliza e empobrece a vida pessoal e familiar dos trabalhadores e põe em causa o desenvolvimento económico e social do país.

Em Portugal, tal como a Central unitária sempre afirmou, os dados, os factos e os números não enganam: a facilitação dos despedimentos coletivos e individuais tem vindo a acentuar-se (o índice de proteção laboral baixou de 3,1% em 2008 para 2,69% em 2013); o rendimento real por trabalhador em Portugal caiu cerca de 6% (entre 2010 e 2017); a precariedade

atinge os 22,3% e é das mais elevadas da UE. "Ao contrário do que as teses neoliberais procuram fazer crer para justificar mais precariedade e menos retribuição do trabalho, nunca houve emprego para toda a vida", realça a Inter, que acrescenta: "O que acontece, é que antes as empresas concorriam entre si e pagavam mais para contratar os melhores profissionais, enquanto agora fazem questão de precarizar a relação laboral e pagar menos aos trabalhadores que contratam, ao mesmo tempo que aumentam, a pressão sobre os salários e os direitos dos assalariados com vínculos efetivos."

Com efeito, é inadmissível que 80% do emprego criado, desde outubro de 2013 até junho deste ano, seja precário e com salários iguais ou próximos do SMN.

Salientando que "a discussão sobre a precariedade não pode ser iludida por algumas medidas para, no essencial, deixar quase tudo na mesma", a CGTP-IN exige "a rutura com a política de baixos salários e trabalho precário que penaliza os trabalha-

## 2018 Ano decisivo...

(...) A CGTP-IN considera que 2018 é um ano decisivo para, no quadro da atual correlação de forças na Assembleia da República, garantir a reposição integral de direitos usurpados por décadas de política de direita e pelo Governo do PSD/CDS, pelo que a ação e luta reivindicativa, na base, nos locais de trabalho, empresas e serviços é questão nuclear da ação sindical de toda a estrutura, sindicatos, federações, uniões e central.

O Conselho Nacional apela às organizações sindicais para que no próximo ano intensifiquem a luta pelas reivindicações dos trabalhadores (...)

O Conselho Nacional da CGTP-IN exorta todo o Movimento Sindical para que, no imediato, se inicie a discussão sobre a participação dos trabalhadores em todas as ações de 2018, com o envolvimento de todos os dirigentes, delegados e ativistas sindicais, membros de CT e representantes dos trabalhadores na Segurança e Saúde no Trabalho numa mobilização geral a partir dos locais de trabalho, das empresas e dos setores, para a resolução dos seus problemas concretos e a convergência na luta, nomeadamente para as várias ações sobre:

- **Dia Internacional da Mulher** (8 de março)
- **Dia Nacional da Juventude**, com manifestação nacional (março)
- **1º de Maio**, Dia Mundial dos Trabalhadores •

*Da resolução aprovada pelo Conselho Nacional da CGTP-IN, Lisboa, 12/12/2017*

dores em geral e os jovens em particular." Uma política, conclui a Central sindical, "cujas medidas de fundo não podem ficar reféns da estratégia das confederações patronais na CPCCS, mas que implica coragem e determinação política do Governo para, no quadro da atual correlação de forças na Assembleia da República, encontrar as soluções para assegurar a estabilidade de emprego, salvaguardar a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar, enfrentar o défice demográfico e assegurar uma mais justa distribuição da riqueza, nomeadamente através do aumento geral dos salários e a fixação do SMN nos 600€, em janeiro de 2018." •



## Cidadania e Desenvolvimento?

**N**o Governo anterior, a adoção de novos Programas nos Ensinos Básico e Secundário originou um conjunto de questões e levantou vários problemas às Escolas e aos Professores, pondo em causa a sua exequibilidade.

Os principais problemas prendiam-se com a extensão dos Programas, facto agudizado com a introdução das Metas Curriculares e com a inadequação dos conteúdos às faixas etárias dos alunos. Face a isto, surgiram, já no governo atual, as Orientações de Gestão Curricular, que se constituíram como documentos orientadores para a lecionação das disciplinas, procurando mitigar aqueles problemas. Foi elaborado o “Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória” que mereceu um parecer bastante positivo por parte da FENPROF, pelas mudanças que poderá implicar, já que «diverge de forma frontal das soluções neoliberais que têm pautado a política educativa no nosso país nas últimas décadas, nomeadamente ao nível da organização curricular e pedagógica...»

O Ministério da Educação, eventualmente com base nestes paradigmas, criou o projeto de “flexibilização curricular” ou “flexibilização pedagógica”, o qual já avançou em algumas escolas, sob a forma de programa de projeto piloto de inovação pedagógica, nos anos iniciais de ciclo.

“

**Não têm existido as condições necessárias para reflexão e discussão relativas à lecionação desta nova disciplina,**

Com este projeto, criou-se a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, numa perspetiva de redefinição da educação para a cidadania, com vista à implementação de estratégias que visassem desenvolver competências e conhecimentos específicos desta área, em conjugação com o Perfil dos Alunos e com as Aprendizagens Essenciais. Neste sentido, esta disciplina, interligando as várias áreas do conhecimento, poderá ser bastante interessante e motivadora, prefigurando uma boa preparação dos nossos jovens para a vida enquanto cidadãos críticos, ativos e sensibilizados para os valores da democracia, da cidadania, do diálogo e da participação.

Os Professores são recetivos a novas mudanças, já que são profissionais trabalhadores, responsáveis e empenhados, com vontade de melhorarem sempre as suas práticas, em função do sucesso educativo e pessoal dos seus alunos. Contudo, são

### Algumas interrogações

Não têm existido as condições necessárias para reflexão e discussão relativas à lecionação desta nova disciplina, nomeadamente que instrumentos utilizar, que estratégias implementar, que metodologias aplicar e que critérios de avaliação definir e utilizar. Será que estaremos mesmo a caminhar em sentido contrário ao da standardização de metodologias de ensino que se configurava com Nuno Crato? Ou será que mantendo o número de alunos por turma, horários desgastantes e tarefas burocráticas para os professores - uma classe profissional envelhecida, fica tudo na mesma? Será que não se trata de mais uma experiência pedagógica com morte anunciada, à semelhança de tantas outras inovações preconizadas por diferentes ministérios de educação? Será que não se deveria começar por um debate sério sobre o currículo e alterá-lo em vez de se propor meras mudanças cosméticas?...

Ficam aqui as nossas dúvidas e apreensões. | *Comissão para a Igualdade da FENPROF*

igualmente conscientes e entendem que as mudanças pressupõem um grande trabalho de articulação entre pares e uma formação contínua que implicará, necessariamente, uma ainda maior sobrecarga horária, numa altura em que ainda não viram satisfeitas as suas reivindicações face ao desgaste profissional. A par desta situação, deparam-se com realidades como as turmas superlotadas, a indisciplina nas escolas, a falta de assistentes operacionais e técnicos especializados, os problemas na inclusão dos alunos e a escassez dos recursos materiais e didáticos. Todas estas questões funcionam como um travão, que dificulta, conseqüentemente, a atividade docente. | *Comissão para a Igualdade da FENPROF* •



## A Paz é um direito da humanidade

Art.º 7 da Constituição da República Portuguesa:

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

**1** Vivemos um período histórico em que a paz universal está fortemente ameaçada. A intensificação da política belicista da administração dos E.U.A. e a escalada de mútuas provocações na Península da Coreia, tornando a catástrofe nuclear uma possibilidade real; a

persistência do conflito israelo-árabe, com a gravíssima agressão a que o povo palestino está sujeito; o enorme cortejo de guerras civis e regionais que atravessa o norte de África e o Médio Oriente, em boa medida fruto de inaceitáveis ingerências externas, nomeadamente da agressão norte-americana e europeia ao povo iraquiano; a ocupação do Sahara Ocidental pelo Reino de Marrocos; a proliferação de conflitos regionais no espaço dos países oriundos da dissolução da União Soviética, são apenas alguns dos conflitos que exigem da comunidade internacional uma intervenção capaz de fazer vingar a justiça e as soluções mais racionais sem recurso à violência. Sublinhem-se também os conflitos e as guerras de interesses movidas por um capitalismo que se tornou cada vez mais selvagem, potenciando agressões a povos e agudizando intencionalmente crises e conflitos latentes.

**2** Mesmo havendo quem sustente que as guerras possam dar origem a avanços sociais, tecnológicos e científicos, a verdade é que o cortejo de inenarráveis violências, o número de mortos e o sofrimento atroz que qualquer guerra provoca a muitos milhões de seres humanos justifica que se denuncie a guerra como o mais violento ataque aos direitos e à dignidade dos seres humanos. De resto, a guerra constitui sempre um fator de enorme retrocesso socioeconómico para todos, vencedores e vencidos. Não há nenhuma justificação para a guerra. Ela é sempre abominável.

A atual dimensão e potência dos arsenais de armas de destruição massiva e a crescente

tensão que marca a situação internacional podem potenciar uma guerra que põe em jogo a própria sobrevivência da humanidade.

**3** Os docentes aposentados, tomando também como referência o Art.º 7.º da Constituição da República Portuguesa, reunidos na sua 2ª Conferência, no dia 21 de novembro de 2017, no Porto:

- Exigem que o Estado Português ratifique o Tratado de Proibição das Armas Nucleares, adotado a 7 de julho de 2017 pela Conferência das Nações Unidas, para negociar um instrumento legalmente vinculativo que proíba as armas nucleares, levando à sua eliminação total;

- Exigem que se deem passos sérios e consequentes para a redução controlada do número de armas de destruição massiva, nomeadamente das armas nucleares, químicas e bacteriológicas;

- Reconhecem a ONU como a instância internacional capaz de concorrer eficazmente para a construção da paz e para a prevenção e denúncia das agressões militares;

- Repudiam as agressões imperialistas e colonizadoras de que são vítimas numerosos povos por todo o mundo;

- Denunciam a incapacidade e mesmo o desinteresse da União Europeia no apoio aos muitos milhares de refugiados que fogem de guerras que devastam os seus países – guerras muitas vezes fruto de ingerências do capitalismo europeu e internacional;

- Rejeitam veementemente as políticas xenófobas, desumanas e fascistas que relativamente a estes refugiados têm vindo a ser praticadas por países europeus com a

complacência das estruturas da União Europeia, o que deve ser entendido como um crime contra a humanidade;

- Manifestam-se contra todas as formas de terrorismo, quaisquer que elas sejam, que põem em risco populações civis indefesas;

- Exortam a que os enormes desenvolvimentos científico-técnicos, nomeadamente no campo da robótica e da cibernética, sejam postos ao serviço da paz e do desenvolvimento social dos povos, e não sirvam para potenciar os perigos de guerras de consequências imprevisíveis.

Consideram ainda que os valores da Paz, da Não-Violência, e da Justiça devem ser elementos orientadores da formação dos nossos jovens ao longo de toda a escolaridade. •

Porto, 21 de novembro de 2017 (Moção aprovada na 2.ª Conferência Nacional de Professores Aposentados)



### O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC)

participou na manifestação nacional «Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores», realizada em Lisboa no passado dia 18 de novembro, por iniciativa da CGTP-IN. Solidarizando-se desta forma com a luta dos trabalhadores portugueses pelo progresso e justiça social, condições essenciais para a construção de um mundo de Paz, o CPPC marcou presença nesta manifestação afirmando a campanha pela assinatura por parte de Portugal do Tratado de Proibição de Armas Nucleares. Durante a manifestação, ativistas do CPPC recolheram centenas de assinaturas para petição que reclama precisamente a adesão de Portugal a este tratado, em 3 bancas e ao longo do percurso da manifestação, e desceram a avenida com uma faixa apelando também à subscrição da petição. •

A petição está disponível em: <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=nao-armas-nucleares>



## Solidariedade com o Povo palestino

Reconhecimento, pelos EUA, da capital de Israel em Jerusalém é atentado contra a soberania do Estado Palestino

Um novo atentado contra a soberania do Estado palestino e os direitos do seu povo, vítima da ocupação de grande parte do seu território e da construção de colonatos e muros pelo sionismo em simultâneo com uma política de apartheid que segrega, agride, reprime, prende e humilha todos quantos lutam por uma Palestina Livre e Independente, com a sua capital em Jerusalém.

É assim que a CGTP-IN interpreta o reconhecimento, pela administração dos EUA, de Jerusalém como capital do Estado de Israel e a consequente transferência da sua embaixada para aquela cidade.

A posição expressa pelos EUA viola o direito internacional e várias resoluções da ONU, nomeadamente a de Dezembro de 2016, que reconhece Jerusalém como “território Palestino ocupado”, observa a Central unitária, que acrescenta: “Com esta medida, os EUA aprofundam a sua política de ingerência e desestabilização do Médio Oriente, assente na provocação, confronto e agressão ao povo palestino e a países da região que se mantêm firmes na luta contra o imperialismo, pela defesa da sua soberania.”

### O papel da ONU

Para a Intersindical Nacional “é hora de dizer basta às atitudes prepotentes e unilaterais dos EUA, contra a estabilidade, a segurança e a paz na região. É preciso que a ONU assegure com firmeza e determinação o cumprimento integral das Resoluções que aprovou sobre a situação no Médio Oriente.”

Assim, a CGTP-IN considera que o Estado Português deve condenar a posição da administração dos EUA, de acordo com os princípios expressos na Constituição da República Portuguesa, na Carta das Nações Unidas e no Direito Internacional.

A Inter reafirma a sua solidariedade e exorta o povo português a apoiar os trabalhadores e o povo palestino, na exigência de terem o direito a um Estado Independente e Soberano, com as fronteiras anteriores a Junho de 1967 e a capital em Jerusalém Oriental.

### Iniciativa no Porto

“Não às provocações de Trump. Dar voz à solidariedade com a Palestina”, foi o tema que marcou a iniciativa realizada no passado dia 21 de dezembro, no Porto, dinamizada pelo Conselho Português para a Cooperação (CPPC), Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e CGTP-IN. •



## Dinamarca Lockout de 2013 continua a marcar debate

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

**D**e 10 a 13 de outubro, realizou-se em Copenhaga mais um congresso do Danish Union of Teachers (DLF). Fundado em 1874, o DLF é um dos sindicatos mais antigos da Dinamarca. Com mais de 85.000 associados, representa 97% de todos os professores da Folkeskole – a escola pública do ensino básico, fundada em 1817 e hoje frequentada por 600.000 alunos dos 6 aos 16 anos, o que corresponde a 87% do total de alunos deste nível de ensino.

Como foi lembrado no congresso, o DLF é uma organização que não se preocupa apenas com as questões sócio-profissionais dos docentes. Trabalha também para o desenvolvimento da Folkeskole, visando dotá-la dos recursos necessários a uma educação de qualidade, orientada para preparar os alunos para uma cidadania ativa numa sociedade democrática e não apenas para qualificá-los para o mercado de trabalho.

No âmbito da defesa de uma escola pública gratuita, que garanta oportunidades iguais, o DLF insiste no direito de todos os alunos a serem ensinados por professores qualificados, com controle sobre a atividade que realizam, em ambientes de trabalho física e psicologicamente adequados. Nesta perspectiva, considera indissociáveis as lutas por melhores salários e condições de trabalho, pela autonomia profissional, pela qualidade na educação pública. A ação do sindicato

visa, assim, tornar claro que as exigências e interesses profissionais dos professores são, no essencial, os interesses da Folkeskole dinamarquesa em geral.

### O “modelo dinamarquês”

Desde 1899 que o mercado de trabalho dinamarquês é regulado através de acordos coletivos entre empregadores e trabalhadores e não através da lei. Aproximadamente a cada três anos, os representantes dos sindicatos e das organizações de empregadores dos setores público e privado reúnem-se para negociar um acordo coletivo sobre salários e condições de trabalho nos respetivos setores. Este sistema, conhecido como o “modelo dinamarquês” (ou o “modelo nórdico”), é aplicado a quase 80% dos trabalhadores do país. Sendo a celebração destes acordos um dos principais serviços que os sindicatos prestam aos associados, o sistema é geralmente valorizado como contribuindo para garantir um sistema de regulação das relações de trabalho relativamente estável e pacífico.

### O lockout de 2013

Tendo a Dinamarca um sistema educativo descentralizado, os professores da Folkeskole são funcionários dos municípios, pelo que a negociação dos salários e condições de trabalho dos docentes é realizada a este nível. Interrompendo uma prática de mais de um

século, em 2013 o parlamento dinamarquês veio a legislar sobre os horários de trabalho dos professores, na sequência de um insólito lockout imposto pelas autoridades municipais aos professores da Folkeskole.

Este lockout foi o ponto culminante de uma longa e dura luta dos professores contra a desregulação dos seus horários de trabalho. Rescindindo unilateralmente o contrato coletivo de trabalho (CCT) em dezembro de 2012, os municípios pretendiam – e conseguiram, já que o parlamento veio a legislar a seu favor –, que os docentes deixassem de ter uma componente letiva semanal máxima inscrita no horário, componente que, à data, era de 25 horas. Esta pretensão era acompanhada de uma campanha pública que pretendia passar a ideia de que os professores trabalhavam pouco, tinham muitas férias, que era possível o sistema público de ensino fazer muito mais com os mesmos recursos...enfim, nada de verdadeiramente novo. Face ao repúdio desta pretensão por parte do DLF, os municípios avançaram com o lockout a partir de 1 de abril de 2013, dia em que 44.000 membros da DLF se viram impedidos de entrar nas suas escolas. O lockout prologou-se durante quase quatro semanas, pese embora o forte impacto social de uma tal medida e o enorme prejuízo para os professores, que perderam quase um mês de salário. (Ao contrário, no mesmo período, os municípios economizaram cerca de um bilhão de coroas dinamarquesas, o equivalente a 133.333.000 €).

### Motivações dos municípios e do governo

A esta decisão desproporcionada dos municípios não terá sido alheia a intenção de depauperar o sindicato, obrigando-o a usar o fundo de greve para apoiar financeiramente os seus associados e, conseqüentemente, enfraquecendo definitivamente a sua capacidade de ação. Mas enganaram-se, porque foi outra a solução encontrada: com os recursos financeiros de que dispunha, o DLF providenciou empréstimos a muitos associados, acordando as condições do seu pagamento faseado. Isso acabou por reforçar a ligação dos docentes ao seu sindicato e impediu que a sua luta futura ficasse hipotecada.

Perante a intransigência dos municípios e a resistência dos professores, o parlamento decidiu legislar sobre os horários dos docentes, para por fim ao conflito. Essa decisão foi não só inédita como parcial, ao ir ao encontro das pretensões dos municípios, tendo sido fortemente contestada pelo movimento sindical dinamarquês e pela própria OIT.

Uma das conseqüências da “reforma educativa” que essa lei viabilizou foi bem realçada no debate do congresso: a sobrecarga de trabalho a que os professores da Folkeskole estão hoje sujeitos está a levar muitos a abandonar a profissão, ou a passar para o ensino privado, onde essa desregu-

lação não existe. Abandonam a profissão assumindo que deixaram de ter condições para fazer bem o seu trabalho. Por esse motivo, hoje há já um número significativo de pessoas a lecionar nas Folkeskole sem qualificação profissional, situação que tenderá a agravar-se nos próximos anos, pondo em causa a qualidade da escola pública.

### Acordo secreto

Em 2013, os professores perderam uma batalha, mas não perderam a guerra. Há poucos meses foi publicado um livro, com um trabalho de investigação de um jornalista dinamarquês, que vem finalmente comprovar o que era há muito uma forte convicção dos sindicatos: que a associação dos municípios e o ministério das finanças dinamarquês tinham planeado antecipadamente que as garantias previstas nos acordos de contratação coletiva sobre o horário de trabalho dos professores dinamarqueses deviam ser abolidas. Esse acordo secreto acabou por ser agora assumido pela à data ministra da Educação. Como se compreende, foi grande o impacto público da divulgação desse livro, tendo recolocado no centro do debate não apenas a gravidade de as políticas públicas serem determinadas por jogadas de bastidores, mas também o próprio papel dos media no escrutínio público das mesmas.

### Escândalo relança debate

Ainda sob o efeito deste escândalo, no congresso do DLF no passado mês de outubro, o presidente da associação dos municípios assumia, pela primeira vez desde 2013, que a negociação dos horários de trabalho dos professores ia ser reintegrada na agenda de discussão de um novo CCT para os próximos três anos. Para o recuo dos municípios contribuiu também a posição conjunta dos sindicatos e federações da Administração Pública, que tornaram público estarem indisponíveis para a negociação coletiva nos seus setores enquanto não fosse reposta a normalidade na negociação com os professores. Por solidariedade, mas certamente também por interesse próprio, já que, como é óbvio, se esta ofensiva se consolidar num setor, o efeito de contágio aos restantes será uma questão de tempo, comprometendo de forma inexorável o “modelo dinamarquês” de negociação coletiva.

Este relato sobre a situação dinamarquesa transporta-nos, em muitos aspetos, para a nossa realidade. Ajuda-nos a compreender o sentido das políticas, a antecipar ameaças e riscos, mas também a valorizar a ação imprescindível dos professores e dos seus sindicatos no combate por uma profissão dignificada, por uma educação pública de qualidade e por uma contratação coletiva verdadeiramente digna desse nome. Em Portugal, na Dinamarca e em qualquer parte do mundo. ●



Isabela Figueiredo



## “A Gorda” Prémio literário FENPROF/SABSEG entregue a Isabela Figueiredo

A FENPROF e a SABSEG/Seguros entregaram, no passado dia 14 de dezembro, em Lisboa, o Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues 2017 à professora Isabela Figueiredo pelo romance *A Gorda*.

Recorde-se que o júri do prémio, constituído por Paulo Sucena (que preside), em representação da FENPROF, José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores e docente na Universidade do Minho, e Teresa Martins Marques, docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, atribuiu, por unanimidade, o prémio que contempla um romance publicado em 2016.

A FENPROF regista o facto de, após as vitórias de docentes do ensino secundário e superior, o prémio ter sido atribuído a uma pessoa que é docente do ensino básico, o que confirma a capacidade de produção literária de qualidade de docentes dos diversos graus e níveis de ensino.

O Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues é atribuído de dois em dois anos, alternando com o Prémio António Gedeão, de poesia, que é promovido no âmbito da mesma parceria, e que, em 2016, foi atribuído a Nuno Júdice, pela autoria de *A Convergência Dos Ventos*, obra publicada em 2015.

### Vencedores das anteriores edições:

Prémio António Gedeão (Poesia)

- “Vozes”, de Ana Luísa Amaral (em 2012),
- “Pequeno Tratado das Figuras”, de Manuel Gusmão (em 2014),
- “A convergência dos ventos”, de Nuno Júdice (em 2016)

Prémio Urbano Tavares Rodrigues (Romance)

- “O Rei do Monte Brasil”, de Ana Cristina Silva (em 2013),
- “Os Memoráveis”, de Lídia Jorge (em 2015),



### “Bonecos de Estremoz”

## Património Cultural Imaterial da Humanidade

A UNESCO classificou (7/12/2017) como Património Cultural Imaterial da Humanidade a produção dos “Bonecos de Estremoz”, em barro, uma arte popular com mais de três séculos.

A classificação da “Produção de Figurado em Barro de Estremoz”, vulgarmente conhecida como “Bonecos de Estremoz”, foi decidida na 12.ª Reunião do Comité Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que decorreu na Ilha Jeju, na Coreia do Sul. Os “Bonecos de Estremoz” pertencem a uma arte de carácter popular, com mais de 300 anos de história, tendo sido o primeiro figurado do mundo a merecer a distinção de Património Cultural Imaterial da Humanidade, na sequência da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Estremoz, no distrito de Évora.

Com mais de uma centena de figuras diferentes inventariadas, a arte, a que se dedicam vários artesãos do concelho, consiste na modelação de uma figura em barro cozido, policromado e efetuada manualmente, segundo uma técnica com origem pelo menos no século XVII. Em Estremoz, trabalham atualmente nesta arte emblemática Afonso e Matilde Ginja, Célia Freitas, Duarte Catela, Fátima Estróia, Irmãs Flores, Isabel Pires, Jorge da Conceição, Miguel Gomes e Ricardo Fonseca | *Lusa*, 7/12/2017 •

### “Carros sem fumo”

## Um projeto da Liga Portuguesa contra o Cancro e do ACP

A Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) e o Automóvel Clube de Portugal (ACP) estão a divulgar a nível nacional a ação “Carros sem Fumo”. O objetivo prioritário do projeto é a sensibilização dos portugueses, em geral, para um comportamento responsável no que respeita ao consumo do tabaco em deslocações de automóvel, com especial preocupação quanto ao impacto que este ato tem sobre crianças e idosos. Após a realização de um estudo por parte do ACP junto dos seus associados, as conclusões revelam que ainda há muito trabalho que pode e deve ser feito no que respeita à educação e sensibilização dos portugueses em torno dos hábitos de consumo de tabaco, em particular quando se deslocam de carro.

Os principais resultados do estudo indicam que:

- 90% dos inquiridos desconhece que o nível médio de partículas tóxicas libertadas pelo tabaco e respiradas numa viagem de carro é cinco vezes superior à média das partículas tóxicas no ar, mesmo em cidades muito poluídas;
- Apenas 20% dos inquiridos sabe que 85% do fumo passivo é invisível e sem odor;
- Mais de 50% dos inquiridos fumadores afirma fumar dentro da viatura;
- Mais de 10% do total dos inquiridos afirma ter-se deslocado pelo menos uma vez nos 30 dias anteriores numa viatura em que estivesse alguém a fumar na presença de uma criança, adolescente, jovem ou idoso.

Estes dados são preocupantes pelo que há necessidade de dar continuidade a uma das principais ações da Liga Portuguesa Contra o Cancro - a Prevenção Primária. Cada cigarro contém mais de 4.800 substâncias químicas nocivas, sendo que destas, 60 são potencialmente causadoras de cancro. Se considerarmos que 85% do fumo passivo é invisível e inodoro, facilmente se percebe que fumar no interior do carro é um ato que se perpetua muito para lá dos breves minutos de consumo.

Esta ação está a chegar a todas as regiões através da distribuição de 100 mil folhetos e autocolantes para carros nas escolas, sendo as crianças/jovens os principais influenciadores junto dos pais.

Pretende-se, assim, criar um Movimento de Carros sem Fumo, através da promoção de atividades que envolvam toda a comunidade escolar. •



### Exposição

## Visitas guiadas à exposição Joan Miró para escolas

Patente no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, até **8 de janeiro**, a exposição “Joan Miró: Materialidade e Metamorfose”, é considerada como uma das mais importantes do ano. Depois de Serralves, Lisboa apresenta a obra do artista catalão que procurava a simplicidade das formas e o impacto das cores, numa linguagem simbólica que todos merecem conhecer. Com uma equipa formada e preparada especificamente para esta exposição, a “Time Travellers” oferece a grupos e escolas a possibilidade de visitar Miró com um “tradutor”, numa visita guiada pelas 85 obras expostas e que são mais que simples rabiscos!... As visitas são realizadas com base em conteúdos pedagógicos adaptados a todas as idades e ciclos escolares, desde o pré-escolar. Nelas é dado um enquadramento da vida do autor, a sua obra em exposição e o seu papel no panorama artístico do século XX. •

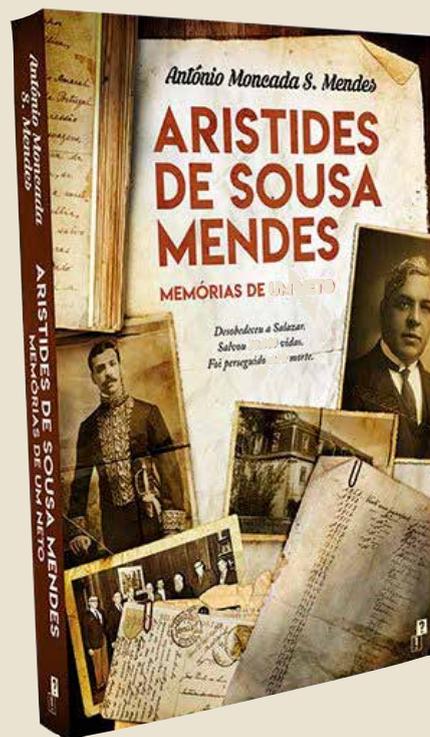
## Um exemplo de coragem

Nos tempos que vivemos é fundamental relembrar e valorizar atitudes firmes de solidariedade e coragem – esta foi uma das mensagens que se destacou no lançamento do livro “Aristides de Sousa Mendes - Memórias de um Neto”, de António Moncada S. Mendes, editado pela *Desassossego*. A iniciativa decorreu no passado dia 31 de outubro, no Salão Nobre do Palácio da Independência (Largo de São Domingos) em Lisboa. A obra foi apresentada por Irene Pimentel.

Como foi sublinhado nesta iniciativa (infelizmente ignorada por muitos órgãos de informação) a história do cônsul Aristides de Sousa Mendes, e de como desafiou as ordens de Salazar para salvar as vidas de 30.000 refugiados durante a II Guerra Mundial, é hoje um legado de coragem e nobreza que constitui um orgulho para todos os portugueses.

Com recurso a um extenso arquivo fotográfico e documental, em grande parte inédito, o seu neto, António Moncada S. Mendes, revela o lado pessoal do cônsul e da sua família, “lançando assim uma nova luz sobre a figura de um diplomata que se sacrificou para salvar a vida de muitos inocentes.”

No dia anterior foi divulgada a notícia da aprovação pela UNESCO de três novos Bens Patrimoniais na Memória do Mundo. Um deles diz respeito aos Livros de Vistos concedidos pelo Cônsul de Bordéus, Aristides de Sousa Mendes (1939-1940). | JPO •



### Serviço Educativo Museu de Imprensa abre-se às escolas



O Serviço Educativo do Museu Nacional da Imprensa, sediado no Porto, pretende ajudar os professores a tirar o maior partido de todas as potencialidades de um Museu-Vivo. A circunstância de se poder manusear os objetos inspira a curiosidade, desenvolve o pensamento criativo e oferece experiências inovadoras e peculiares. A visita a esta Instituição constitui não só uma oportunidade especial para o ensino da História da Imprensa, revelando a evolução do processo tipográfico e tecnológico, desde os “Tipos” de Gutenberg ao aparecimento do computador, mas pode também proporcionar experiências aliciantes para estudantes de muitas outras áreas.

No final da visita, os alunos poderão experimentar as antigas técnicas de impressão manual, através da impressão de um texto nos prelos que compõem a exposição. O Serviço Educativo do Museu realiza visitas guiadas a grupos escolares de todos os graus de ensino, mediante marcação prévia, no seguinte horário: das 10.30h às 12h30, de terça a sexta-feira, e das 15h00 às 20h00, de segunda a sexta-feira. •

### Exposição “Pintores Poetas. Pintura e Caligrafia na Doação Camilo Pessanha”

“Pintores Poetas. Pintura e Caligrafia na Doação Camilo Pessanha” – é o tema da exposição patente no Museu Nacional Machado de Castro (MNM), em Coimbra, organizada no âmbito das comemorações dos 150 anos do nascimento de Camilo Pessanha. O certame, que pode ser visitado até ao próximo dia **28 de janeiro**, apresenta um dos núcleos mais significativos da coleção doada pelo poeta ao Estado português, designadamente ao MNMC.

Composta por obras de vários centros produtores do sul da China, a coleção - rolos de mão (shoujuan), rolos de pendurar (zhou) e álbuns (ce) - abrange peças produzidas entre as dinastias Yuan (1260-1386), Ming (1386-1644) e Qing (1644-1911). A entrada é gratuita. •



### Concertos The Glenn Miller Orchestra em Portugal

Mais do que uma “breve” em forma de agenda/divulgação, este é um verdadeiro alerta que aqui dirigimos a todos os amantes desse som maravilhoso, único, produzido pelas big bands. E neste caso pela melhor big band em ação. A “Glenn Miller Orchestra”, fundada em 1937, estará em Portugal no próximo mês de **fevereiro**, para concertos que recomendamos: a **9**, no Teatro das Figuras, em **Faro** (21h30); a **10**, na Casa da Música, no **Porto** (21h30); e, finalmente, a **11** no Centro Cultural de Belém em **Lisboa** (aqui com duas sessões: às 17h00 e às 21h00). Ray McVay dirige os cerca de 20 talentosos músicos e cantores que esgotam sempre as salas por onde passam. Ainda haverá bilhetes no momento em que fechamos esta edição do JF? | JPO •

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVÓLUCRO FECHADO  
DE PLÁSTICO  
DENOMINADO  
PODE  
VERIFICAÇÃO POSTAL



ctt correios

TAXA PAGA  
PORTUGAL  
CONTRATO 577668

# Boas Festas

Que 2018 seja tempo  
de resolver problemas  
e valorizar a Educação  
e os seus Profissionais